



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria de Políticas de Segurança Pública

PLANO DE APLICAÇÃO EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO 2022
PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO 2022

1. EIXO FINANCIADO: FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
MODALIDADE DE TRANSFERÊNCIA: FUNDO A FUNDO
EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO 2022

1. INFORMAÇÕES DO ORGÃO RECEBEDOR

Dados do fundo ESTADUAL de segurança pública:

- Unidade Federativa: SP
- Lei de criação do Fundo Estadual: LEI Nº 17.219, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019
- CNPJ do Fundo Estadual ou Distrital: 35.786.072.0001/90

Dados do responsável pelo Fundo Estadual de Segurança Pública:

- Nome: João Camilo Pires de Campos
- Cargo: Secretário
- CPF: 453.140.207-34
- Contato: 11-3291-6845

Dados do responsável pela gestão do Fundo Estadual de Segurança Pública:

- Nome: Tatiana Cristina Silva Rocha
- Cargo: Secretária Executiva do FUNDESP
- CPF: 215.855.078-30
- Contato: 11 3291-6665

Contatos da equipe responsável pela elaboração do Plano de Aplicação:

Polícia Civil:

- Nome: ANA LÚCIA GUIMARÃES JUNQUEIRA
- Cargo: Delegada de Polícia Divisionária
- CPF: 098.402.368-22
- Contato: algjunqueira@sp.gov.br, fone: (11) 98903-4196

Polícia Militar:

- Nome: CARLOS ROBERTO KLEMP
- Cargo: CAPITÃO PM
- CPF: 256.065.898-42
- Contato: CARLOSKLEMP@POLICIAMILITAR.SP.GOV.BR

Corpo de Bombeiros:

- Nome: Rene Sergio Van Nuije Surjus
- Cargo: Cap PM
- CPF: 318.939.198-03
- Contato: 11 3396-2326; E-MAIL: ccbconvenios@policiamilitar.sp.gov.br;

Polícia Científica:

- Nome: Patrícia Harich
- Cargo: Perita Criminal – Diretora da Divisão de Administração da Superintendência (SPTC-DA)
- CPF: 245.611.018-88
- Contato: (11) 97359-0101 / patricia.ph@policiacientifica.sp.gov.br

2. RECURSO DESTINADO

Investimento: R\$ 22.617.561,50 (vinte e dois milhões e seiscentos e dezessete mil e quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos)

Custeio: R\$ 9.693.240,59 (nove milhões e seiscentos e noventa e três mil e duzentos e quarenta reais e cinquenta e nove centavos)

Valor Total: R\$ 32.310.802,09 (trinta e dois milhões e trezentos e dez mil e oitocentos e dois reais e nove centavos)



Assinado digitalmente por JOÃO CAMILO PIRES DE CAMPOS - Secretário da Segurança Pública / GS - 10/10/2022 às 11:56:27.
Documento Nº: 54584387-2685 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=54584387-2685>



SSPDCI202202316

SIGA

3. METAS GERAIS PLANEJADAS.

META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR		
VALOR TOTAL DA META: R\$ 13.570.536,88		
Nº AÇÃO:	AÇÃO:	VALOR DA AÇÃO:
AÇÃO 1 (M.G 1)	Reaparelhamento da polícia militar do estado de são paulo por meio da aquisição de munições	R\$ 4.071.161,05
AÇÃO 2 (M.G 1)	Reaparelhamento da polícia militar do estado de são paulo por meio aquisição de viaturas e equipamentos de proteção individual	R\$ 9.499.375,83

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL		
VALOR TOTAL DA META: R\$ 10.517.166,08		
Nº AÇÃO:	AÇÃO:	VALOR DA AÇÃO:
AÇÃO 1 (M.G 2)	Aquisição de munição operacional cal. 9 mm (AÇÃO CONTINUADA)	R\$ 3.155.149,81
AÇÃO 2 (M.G 2)	Reaparelhamento da Polícia Civil por meio de Aquisição de Kits de Coleta Biométrico (AÇÃO CONTINUADA)	R\$ 7.362.016,27

META GERAL 3: FORTALECIMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR		
VALOR TOTAL DA META: R\$ 4.113.165,11		
Nº AÇÃO:	AÇÃO:	VALOR DA AÇÃO:
AÇÃO 1 (M.G 3)	Reaparelhamento operacional do Grupamento de Bombeiros Marítimo	R\$ 4.113.165,11

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA PERÍCIA OFICIAL		
VALOR TOTAL DA META: R\$ 4.109.934,02		
Nº AÇÃO:	AÇÃO:	VALOR DA AÇÃO:
AÇÃO 1 (M.G 4)	Aquisição de equipamentos de vídeo-comparação espectral para exames periciais documentoscópicos	R\$ 2.876.953,82
AÇÃO 2 (M.G 4)	Aquisição de invólucros plásticos, dotados de lacres invioláveis, para acondicionamento e transporte de provas materiais	R\$ 1.232.980,20



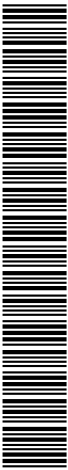
META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR:

META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR	
AÇÃO 1 META 1 : REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE MUNIÇÕES	
Contextualização do problema:	Dentro das políticas de enfrentamento à criminalidade, a Polícia Militar tem investido na modernização e completamento de seu parque bélico, com aquisição de armamentos mais modernos e em grandes quantidades para suprir todas as necessidades do Estado, em especial novas pistolas e submetalhadoras calibre .40. Além disso, as políticas de segurança pública implantadas no Estado resultaram na criação de 14 batalhões de ações especiais, cujo foco de atuação está no patrulhamento tático e ações de controle de multidões. Nesse diapasão, para fazer frente às estratégias adotadas, é essencial que haja a aquisição das munições necessárias para habilitação nos novos modelos de armas adquiridas, bem como para uso do efetivo policial, a fim de assegurar os meios necessários para a garantia da ordem pública e a própria segurança do policial, que contará com a quantidade adequada de equipamentos e munições no combate à criminalidade.
Análise diagnóstica do problema :	As munições tem duração aproximada de 2 anos. Nessa seara, a Polícia Militar, que possui aproximadamente 82.000 (oitenta e dois mil) policiais, tem que constantemente renovar as suas munições, tendo em vista o tempo de validade e a sua consumação em virtude do uso em ocorrências e cursos de aperfeiçoamento.
Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital	Essa ação alinha-se com o plano estadual de Segurança Pública (decreto 65.657 de 27 de abril de 2021 e resolução SSP-99 de 25 de novembro de 2019) no sentido de cumprir a sua missão, que é conduzir as demandas institucionais de segurança pública, visando à preservação e à manutenção da ordem pública, a repressão ao crime, a proteção das pessoas, do patrimônio, dos sonhos e esperanças dos cidadãos que vivem em São Paulo, buscando a redução objetiva da criminalidade e o ideal em percepção de segurança.
Razões para que o problema seja alvo de intervenção:	Renovação de munições e habilitação aos novos modelos de pistolas e submetalhadoras adquiridos. Uso na atividade operacional para combate à criminalidade e preservação da ordem pública. Permitir que os Policiais Militares tenham munições novas e em quantidade adequada para a realização da atividade fim de combate à criminalidade.
Locais que serão contemplados	A ação contemplará todo o Estado.
Indicadores:	A aquisição de munições terá como base o tipo de munição mais utilizado na Instituição e será utilizado processo licitatório, com a destinação de R\$ 4.071.161,05, e sua liquidação, dentro do que estabelece a legislação.
Resultados Esperados:	Renovação de munições e habilitação aos novos modelos de pistolas e submetalhadoras adquiridos. Uso na atividade operacional para combate à criminalidade e preservação da ordem pública. Permitir que os Policiais Militares tenham munições novas e em quantidade adequada para a realização da atividade fim de combate à criminalidade. Tais objetivos específicos estão, em atendimento ao artigo 4º da Portaria supramencionada, alinhados com os objetivos previstos no artigo 6º, incisos II, XI e XXII da Lei nº 13.675, de 11 de julho de 2018, que instituiu a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). Ao proporcionar um menor risco de falhas na utilização dos armamentos e uma maior confiabilidade do policial em utilizar o novo armamento disponibilizado, a aquisição de novas munições causará impacto na redução da vitimização dos profissionais de segurança pública, na redução dos riscos à vida e à saúde das pessoas e consequentemente na diminuição da demanda dos profissionais de segurança pública por serviços de saúde, tudo em consonância com o artigo 7º da Portaria MJSP nº 483, de 9 de novembro de 2021.
Formas de mensuração:	Comprar, aproximadamente, 1.000.000,00 munições de diversos calibres.

EXTRATO DA AÇÃO 1 (META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR):

META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR	
AÇÃO 1: REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO POR MEIO DE AQUISIÇÃO DE MUNIÇÕES	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA MILITAR
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 0 CUSTEIO: R\$ 4.071.161,05 Valor total da ação: R\$ CUSTEIO: R\$ 4.071.161,05
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	META ESPECÍFICA 1: Adquirir aproximadamente 1.000.000,00 de munições. Valor: R\$ 4.071.161
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Aquisição e disponibilização das munições para as unidades beneficiadas
FORMAS DE MENSURAÇÃO Art. 13, II, Port. 480/2021	Relatório de Mensuração com planilha demonstrativa do quantitativo de viaturas, equipamentos e das munições disponíveis antes e depois da execução da ação, contendo nota fiscal, planilha de distribuição quantitativa e de localização dos bens, registros fotográficos, etc.)

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO					
CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento de Bens;
CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; - Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;



META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR	
AÇÃO 2 META 1 : REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO POR MEIO AQUISIÇÃO DE VIATURAS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	
Contextualização do problema:	A Polícia Militar possui alguns Programas de policiamento. Entre eles, destaca-se o seu carro chefe, que é o Programa de Radiopatrulha. Este Programa de Policiamento é voltado à realização do policiamento ostensivo como forma de inibir, coibir e reprimir crimes, bem como dar atendimento às demandas de segurança pública da população, tanto as originadas pelo telefone de emergência "190", quanto as decorrentes das solicitações diretas junto às Unidades de Serviço (US), instalações policial-militares ou, ainda, outras plataformas digitais. Nesse diapasão, para fazer frente às estratégias adotadas, é essencial que haja a renovação todos os anos das viaturas utilizadas no Programa de Radiopatrulha, para substituição gradativa das viaturas, a fim de prover os meios necessários para a garantia da ordem pública e a prestação adequada e com rapidez do atendimento de ocorrências quando solicitadas pela população. Ademais, Dentro das políticas de enfrentamento à criminalidade, a Polícia Militar tem investido na modernização e completamento de seu parque bélico, com aquisição de armamentos e equipamentos de proteção individual mais modernos e em quantidades suficientes para suprir todas as necessidades do efetivo policial-militar do Estado. Além disso, as políticas de segurança pública implantadas no Estado resultaram na criação de 14 batalhões de ações especiais, cujo foco de atuação está no patrulhamento tático e ações de controle de multidões. Nesse diapasão, para fazer frente às estratégias adotadas, é essencial que haja a aquisição de equipamentos de proteção individual mais modernos, para substituição gradativa dos atualmente existentes, conforme o vencimento, a fim de prover os meios necessários para a garantia da ordem pública e a própria segurança do policial, que contará com a quantidade adequada de equipamentos dotados de tecnologia para melhor proteção da sua integridade e saúde física.
Análise diagnóstica do problema :	A Polícia Militar possui aproximadamente 5.400 (cinco mil e quatrocentas) viaturas utilizadas no Programa de Radiopatrulha. Essas viaturas possuem um tempo útil de utilização bem menor que um veículo comum, visto que atuam em condições extremas, sendo utilizadas 24 horas por dia, todos os dias do ano, e deveriam ser renovadas em 20% ao ano. Além disso, há o problema das viaturas que se envolvem em acidentes e que se tornam inutilizáveis, precisando também serem substituídas. Nessa seara, seria ideal e de todo ano serem adquiridas aproximadamente 1.100 (mil e cem) viaturas todos os anos, o que não é possível devido ao orçamento destinado à PM. Ainda, a Polícia Militar possui aproximadamente 82.000 (oitenta e dois mil) policiais, os quais utilizam diversos equipamentos de proteção individual, por exemplo, coletes, os quais tem prazo de duração e devem ser renovados constantemente.
Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital	Essa ação encontra respaldo na Portaria MJSP nº 483, de 9 de novembro de 2021 em seu artigo 14, parágrafo único, inciso III e artigo 15, inciso X ao permitir uma "repressão qualificada", por meio da "aquisição de equipamentos, materiais e insumos para atividades finalísticas de segurança pública. Está alinhada com a Polícia Comunitária, que compreende o estreitamento dos laços entre a PM e a população. O trabalho é baseado no conceito de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver os problemas, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida. Ainda, essa ação encontra respaldo na Portaria MJSP nº 483, de 9 de novembro de 2021 em seu artigo 14, parágrafo único, inciso III e artigo 15, inciso X ao permitir uma "repressão qualificada", por meio da "aquisição de equipamentos, materiais e insumos para atividades finalísticas de segurança pública.
Razões para que o problema seja alvo de intervenção:	As viaturas possuem um tempo útil de utilização bem menor que um veículo comum, visto que atuam em condições extremas, sendo utilizadas 24 horas por dia, todos os dias do ano, razão pela qual a frota de veículos da Polícia Militar necessariamente têm que ser constantemente renovada e adequada para a realização da atividade fim de combate à criminalidade. Visto que não é possível o Policial Militar trabalhar sem colete ou outros equipamentos de proteção individual vencidos ou inoperantes, necessariamente esses itens têm que ser adquiridos constantemente e em quantidade adequada para a realização da atividade fim de combate à criminalidade, visando diminuir os riscos à integridade do Policial Militar.
Locais que serão contemplados	A ação contemplará todo o Estado.
Indicadores:	A aquisição das viaturas será realizada mediante processo licitatório, com a destinação de R\$ 9.499.375,83, e sua liquidação, dentro do que estabelece a legislação. Sua distribuição ocorrerá de acordo com critérios técnicos, substituindo-se as viaturas e equipamentos mais antigos ou inutilizados pelos novos.
Resultados Esperados:	Substituição e renovação de aproximadamente 2% da frota de veículos utilizados no Programa de Radiopatrulha. Utilização da viatura na atividade operacional para combate à criminalidade e preservação da ordem pública. Permitir que os Policiais Militares trabalhem com viaturas novas e em quantidade adequada para a realização da atividade fim de combate à criminalidade. Substituição e renovação de equipamentos de proteção individual. Uso na atividade operacional para combate à criminalidade e preservação da ordem pública. Permitir que os Policiais Militares tenham equipamentos de proteção individual novos e em quantidade adequada para a realização da atividade fim de combate à criminalidade.
Formas de mensuração:	Comprar, aproximadamente, 50 viaturas para o Programa de Radiopatrulha, com relatório e planilha demonstrativa do quantitativo de viaturas adquiridas. Comprar, aproximadamente, 800 equipamentos de proteção individual, com relatório e planilha demonstrativa do quantitativo dos equipamentos adquiridos.

EXTRATO DA AÇÃO 1 (META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR):

META GERAL 1: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA MILITAR	
AÇÃO 1: REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO POR MEIO AQUISIÇÃO DE VIATURAS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA MILITAR
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 9.499.375,83 CUSTEIO: R\$ 0 Valor total da ação: R\$ 9.499.375,83
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	META ESPECÍFICA 1 Adquirir aproximadamente 50 viaturas e 800 equipamentos de proteção individuais;
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Aquisição e disponibilização das viaturas, equipamentos e das munições para as unidades beneficiadas
FORMAS DE MENSURAÇÃO Art. 13, II, Port. 480/2021	Relatório de Mensuração com planilha demonstrativa do quantitativo de viaturas, equipamentos e das munições disponíveis antes e depois da execução da ação, contendo nota fiscal, planilha de distribuição quantitativa e de localização dos bens, registros fotográficos, etc.)

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Publicação dos editais;	- Licitação;	- Assinatura de contratos;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Designação da Equipe de Gestão de Contratos; - Envio do relatório de acompanhamento (MJSP);	- Contato com fornecedor / aprovação de layout;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas;	- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento de Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; - Elaboração do relatório de gestão (MJSP);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSP);	- Ação concluída;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;



Assinado digitalmente por JOÃO CAMILO PIRES DE CAMPOS - Secretário da Segurança Pública / GS - 10/10/2022 às 11:56:27.
Documento Nº: 54584387-2685 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=54584387-2685>



SSPDCI202202316

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL	
AÇÃO 1: META 2: REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA CIVIL POR MEIO DE AQUISIÇÃO DE KITS DE COLETA BIOMÉTRICA	
Contextualização do problema:	Na emissão de cédula de identidade, nos procedimentos de polícia judiciária consistentes na identificação das vítimas, testemunhas, legitimação e identificação do suspeito, na elaboração do boletim de identificação criminal (BIC), no confronto papiloscópico, a coleta de material datiloscópico é ainda feita, em muitos institutos de identificação e na totalidade das unidades policiais através da coleta datiloscópica mediante impressão tintada. A implantação de Kits biométricos para a coleta de impressões digitais, fotos e assinaturas propiciará qualidade e eficiência nos materiais colhidos com a coleta biométrica mediante equipamentos eletrônicos, resultando e propiciando às unidades policiais a imediata legitimação diretamente na base de dados ABIS da Polícia Civil, bem como, a ampliação do banco de dados com material de boa qualidade e eficiência.
Análise diagnóstica do problema	A Polícia Civil de São Paulo, possui 1.800 unidades policiais que elaboram ocorrências e formalizam Inquéritos Policiais, sendo que destas várias unidades possuem plantões e cartórios. Com a implantação de Kits de coleta biométrica nas Unidades Policiais e Postos de Identificação, possibilitará à Polícia Civil a padronização das atividades de Polícia Judiciária com checagens automáticas perante a base ABIS, total interface das capturas para fins de identificação civil (expedição de carteiras de identidade) e identificação criminal, compartilhamento das bases biométricas com outros órgãos municipais, estaduais e federais, interface com o Poder Judiciário e a Secretaria de Administração Penitenciária, redução dos crimes de falsidade ideológica e uso de documentos falsos em unidades policiais.
Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital	A ação proposta, encontra-se em conformidade com o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, estabelecido pela Resolução SSP-99, de 25 de novembro de 2019, que prevê em seus artigos 6º e 8º os objetivos e ações estratégicas da Política Estadual de Segurança Pública do Estado de São Paulo, assim dispondo: "Artigo 6: Os Objetivos Estratégicos (OE) são os caracterizadores desta Política e têm as seguintes descrições: OE4 - Prosseguir na implantação de inovações e de modernas tecnologias na prevenção e repressão ao crime, bem como nas ações de defesa social. Descrição: Entende-se por inovações o processo de transformação de velhos hábitos e costumes onerosos em práticas mais " enxutas " e fluidas que demandem menos recursos e ofereçam maiores e melhores resultados. A inovação não ocorre exclusivamente por meio de investimentos financeiros. Para ser estabelecida, há a necessidade de um ambiente favorável com incentivos específicos que aproximem ideias promissoras de realizações concretas. Modernas tecnologias devem ser entendidas como a adoção de técnicas, modelos ou ferramentas mais eficientes que impactem na qualidade dos serviços e processos, multiplicando o poder de polícia. A prevenção e repressão ao crime e ações de defesa social norteiam toda a amplitude de atuação da Segurança Pública. A tecnologia deve ir ao encontro das necessidades da sociedade, facilitando o relacionamento. Artigo 8º: Ações Estratégicas (AE) relacionadas aos seus respectivos Objetivos Estratégicos (OE). IV - OE4 - Prosseguir na implantação de inovações e de modernas tecnologias na prevenção e repressão ao crime, bem como nas ações de defesa social. AE 4.1. aprimorar as ferramentas tecnológicas para apoio às atividades de inteligência, prevenção, repressão, investigação, perícias criminais e defesa social.
Razões para que o problema seja alvo de intervenção:	A utilização da coleta de material datiloscópico mediante impressão digital tintada é ainda utilizada pela Polícia Civil de São Paulo, na emissão de cédula de identidade, bem como, nos procedimentos de Polícia Judiciária, para identificação de vítimas, testemunhas, legitimação e identificação de suspeitos, na elaboração do boletim de identificação criminal (BIC), no confronto papiloscópico, todavia, a substituição da coleta tintada por kits biométricos assegurará a coleta das impressões, bem como, fotos e assinaturas digitais elidindo o uso de fichas de identificação civil (FICS), possibilitando a ampliação da base de dados ABIS DA Polícia Civil com fotos, assinaturas e impressões digitais, implementando a certificação e homologação de pessoas indicadas, possibilitando a ampliação dos mecanismos de controle e segurança no abastecimento das bases biográficas e biométricas do Instituto de Identificação da Polícia Civil, tornando o processo 100% digital, possibilitando ainda, de acordo com os termos de Cooperação Técnica com órgãos federais e estaduais a troca de informações biométricas, principalmente quanto ao banco de dados de presos e pessoas com histórico criminal.
Locais que serão contemplados	Unidades policiais da capital e grande São Paulo
Indicadores:	Número de Kits de coleta biométrica adquiridos.
Resultados Esperados:	Com a implantação dos Kits de Coleta biométrico, espera-se como resultados:- Evitar retrabalho - Ampliar a base de dados biométrica da Polícia Civil - A identificação imediata de procurados- Acelerar o processo de expedição de Carteiras de Identidade - Padronizar as coletas biométricas em todo Estado de São Paulo - Compartilhamento de Bases Biométricas com outros órgãos municipais, estaduais e federais - Interface com o Poder Judiciário nos casos de indiciamentos eletrônicos- identificação de presos nas audiências de custódia - Interface com a Secretaria de Administração Penitenciária quanto ao recebimento e identificação dos presos - Identificação de pessoas por ocasião das oitivas dentro do Inquérito Policial Eletrônico - Redução dos crimes de falsidade ideológica e uso de documentos falsos em unidades policiais
Formas de mensuração:	Quantidade de Kits de coleta biométrico disponibilizados às unidades policiais.

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL
AÇÃO 1: REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA CIVIL POR MEIO DE AQUISIÇÃO DE KITS DE COLETA BIOMÉTRICO

INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA CIVIL
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: : R\$7.362.016,27 CUSTEIO: 0 Valor total da ação: R\$7.362.016,27
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	META ESPECÍFICA 1: Adquirir 368 KITS DE COLETA BIOMÉTRICA
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Aquisição e disponibilização dos Kits de Coleta Biométrica para as unidades beneficiadas
FORMAS DE MENSURAÇÃO Art. 13, II, Port. 480/2021	Relatório de mensuração com planilha demonstrativa do quantitativo de unidades policiais dotadas com o kit de coleta biométrica antes e depois da execução da ação, contendo Nota fiscal, planilha de distribuição quantitativa e de localização dos bens e registro fotográfico.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023

1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Adesão à Ata de Registro de Preço em elaboração para execução do plano de aplicação 2021.	Assinatura do contrato e emissão da nota de empenho	- Designação da Equipe de Gestão de Contratos;	Decurso do Prazo de entrega	Decurso do Prazo de entrega	Recebimento Provisório
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Envio do relatório de acompanhamento (MISP);	Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento de Bens;	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024

1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Envio do relatório final de execução/gestão (MISP);	- Ação concluída;	- Ação concluída;	Ação concluída;	- Ação concluída;	Ação concluída;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;



Assinado digitalmente por JOÃO CAMILO PIRES DE CAMPOS - Secretário da Segurança Pública / GS - 10/10/2022 às 11:56:27.
Documento Nº: 54584387-2685 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=54584387-2685>



SSPDCI202202316

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL	
AÇÃO 2 META 2 : AQUISIÇÃO DE MUNIÇÃO OPERACIONAL – CALIBRE 9 MM	
Contextualização do problema:	Entre as políticas de enfrentamento à criminalidade, a Polícia Civil de São Paulo vem investindo na modernização e substituição do seu parque bélico, com a aquisição de pistolas calibre 9 mm, mais modernas e eficientes. Dessa forma, mister a disponibilização de munição 9 mm, para assegurar ao policial todas as condições adequadas ao enfrentamento da criminalidade. A modernização e uso do aparato tecnológico pelos órgãos de segurança, em específico a Polícia Civil, trata-se de meta prioritária das ações de governo.
Análise diagnóstica do problema	A Polícia Civil de São Paulo, possui 38.666 cargos, dos quais encontram-se providos 26.791. Nos anos de 2019 a 2022, foram adquiridos o total de 16.970 novas pistolas cal. 9 mm, a serem disponibilizadas aos Policiais Civis, havendo o planejamento em adquirirmos mais 14.000 pistolas, sendo que no presente exercício, serão adquiridas mais 5.000 armas, razão pela qual, a necessidade de disponibilizar-se munição operacional para utilização nas novas armas, torna-se imprescindível.
Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital	A ação proposta, encontra-se em conformidade com o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, estabelecido pela Resolução SSP-99, de 25 de novembro de 2019, que prevê em seus artigos 6º e 8º os objetivos e ações estratégicas da Política Estadual de Segurança Pública do Estado de São Paulo, assim dispondo: “Artigo 6: Os Objetivos Estratégicos (OE) são os caracterizadores desta Política e têm as seguintes descrições: OE1 - Prosseguir na redução da criminalidade e aumentar a percepção de segurança, visando à melhoria da qualidade de vida da população.” Descrição Entende-se que a continuidade da diminuição dos índices de criminalidade é uma meta constante, e a cada conquista de redução, o objetivo se torna mais desafiador. Contudo, o aumento da percepção de segurança por parte da população está relacionado, também, com: I - a diminuição do grau de medo em relação a serem vítimas de crimes violentos; II - a percepção de maior conforto; III - a confiança nas instituições policiais; IV - a respeitabilidade da profissão de policial que passa a ser um atrativo, ainda maior, como opção de carreira no serviço público. em uma visão mais ampla, a contribuição da Segurança Pública está diretamente relacionada à melhoria da qualidade de vida da população, principalmente nos seus aspectos de bem-estar físico, mental, psicológico e emocional Artigo 8º: Ações Estratégicas (AE) relacionadas aos seus respectivos Objetivos Estratégicos (OE): I - OE1 - Prosseguir na redução da criminalidade e aumentar a percepção de segurança, visando à melhoria da qualidade de vida da população. AE 1.1. manter o sucesso da redução dos homicídios, da extorsão mediante sequestro, do roubo, do furto e dos demais crimes violentos
Razões para que o problema seja alvo de intervenção:	Disponibilização em quantidade necessária de munição para assegurar aos policiais condições adequadas de segurança para o combate a criminalidade.
Locais que serão contemplados	Policiais Civis de todo o Estado de São Paulo
Indicadores:	Quantidade de munição adquirida
Resultados Esperados:	Reforo e renovação do material bélico de munições da Polícia Civil de São Paulo, buscando o menor risco de ocorrências de falhas na utilização do equipamento devido à problemas com munições antigas.
Formas de mensuração:	Relatório físico e fotográfico das munições adquiridas, Nota fiscal e comprovante de distribuição às unidades subordinadas

META GERAL 2: FORTALECIMENTO DA POLÍCIA CIVIL

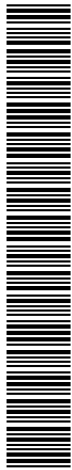
AÇÃO 2: AQUISIÇÃO DE MUNIÇÃO OPERACIONAL – CALIBRE 9 MM

INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	POLÍCIA CIVIL
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: 0 CUSTEIO: R\$ 3.155.149,81 Valor total da ação: R\$ 3.155.149,81
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	META ESPECÍFICA 1: Adquirir 512.000 munições operacional, cal. 9 mm
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Aquisição e disponibilização das munições para as unidades beneficiadas
FORMAS DE MENSURAÇÃO Art. 13, II, Port. 480/2021	Relatório de mensuração com planilha demonstrativa do quantitativo

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Instrução da fase interna do procedimento de aquisição mediante inexigibilidade de licitação	Finalização da instrução da fase interna do procedimento	- Encaminhamento à Consultoria Jurídica da Pasta	Declaração de Inexigibilidade e assinatura do contrato	Nomeação da comissão de recebimento	Recebimento Provisório e definitivo
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Liquidação da Nota fiscal e Pagamento do fornecedor. Envio do relatório de acompanhamento e gestão - (MJSP);	Prestação de Contas	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- - Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	Ação concluída;	- Ação concluída;	Ação concluída;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;



META GERAL 3: FORTALECIMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

META GERAL 3: FORTALECIMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	
AÇÃO 1 META 3: Reparelhamento operacional do Grupamento de Bombeiros Marítimo	
Contextualização do problema:	O Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, organização estruturada na hierarquia e disciplina, tem como missão constitucional além das atribuições definidas em lei no art 144 da CF/88, incumbir a execução de atividades de defesa civil, tendo seu quadro próprio e funcionamento definidos na legislação prevista no §2º do artigo 142º da CESP/88. Detentor da atividade de resgate, salvamento e combate a incêndio no Estado de São Paulo, norteia seu emprego operacional com base em parâmetros de qualidade, produtividade e cienteidade. Corroborar com a primazia dos direitos dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana. No Estado de São Paulo, há necessidade de investimentos contínuos no CBPMESP, em especial no treinamento e aperfeiçoamento de seu efetivo, buscando sempre a melhoria do atendimento operacional e da condição física do policial militar (bombeiro). Todavia a melhoria da qualidade da prestação de serviços está diretamente ligada a necessidade de uma melhor estrutura para os servidores, proporcionando materiais e equipamentos adequados, de forma que contribua para a saúde profissional do efetivo do CBPMESP.
Análise diagnóstica do problema	O Corpo de Bombeiros da PMESP, tem a necessidade de manter seu efetivo em pronto emprego, com treinamento operacional contínuo, para tanto, necessita aparelhar o seu Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar). O GBMar, Unidade Operacional responsável por realizar todo o trabalho de prevenção e salvamento nas praias paulistas, têm uma demanda contínua de operações, devido ao aumento da população que reside e aos períodos de intensificação populacional nas praias durante o Verão e feriados, onde seu efetivo operacional é reforçado, precisando contar com diversos tipos de viaturas, embarcações e materiais/equipamentos de salvamentos aquáticos modernos e compatíveis, para bem atender os mais diversos tipos de salvamento e prevenções realizadas no dia a dia, melhor atendendo a população que frequenta as praias litorâneas paulistas.
Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital	O Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP), órgão permanente, pertencente à Secretaria da Segurança Pública, conforme artigo 144, inc. V da Constituição Federal, integrante operacional do Sistema Único de Segurança Pública, por meio da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), tem por finalidade a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, atuando de forma conjunta, coordenada, sistêmica e integrada aos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados e dos Municípios, desenvolvendo suas atividades finalísticas operacionais em regime de pronta resposta operacional às emergências e desastres, atuando no atendimento de diversos tipos de ocorrências, entre elas, os salvamentos aquáticos realizados nas praias, bem como o resgate de vítimas e o combate a incêndios em embarcações, em todo território litorâneo do Estado, em perfeito alinhamento com o escopo do presente projeto.
Razões para que o problema seja alvo de intervenção:	A implementação do projeto visa obter como resultados, o aumento da sensação de prevenção e segurança aos banhistas das praias paulistas, a renovação e ampliação dos equipamentos/materiais operacionais e viaturas através das novas aquisições, assim aumentando a produtividade dos serviços prestados pelo GBMar do CBPMESP, consequentemente tendo uma diminuição de riscos e aumento da agilidade no atendimento à população que frequenta o litoral do Estado de São Paulo
Locais que serão contemplados	Região litorânea do Estado de São Paulo – área de atuação do Grupamento de Bombeiros Marítimo do Corpo de Bombeiros da PMESP.
Indicadores:	Número de pessoas atendidas pelo Corpo de Bombeiros da PMESP no litoral, bem como a busca de zerar os óbitos por afogamentos nas praias paulistas.
Resultados Esperados:	Adquirir novos equipamentos/materiais operacionais, bem como viaturas apropriadas, a fim de substituir e/ou adquirir mais modernos para o desenvolvimento das atividades prestadas pelo GBMar, atuando na proteção e salvamento de banhistas. Logo esse projeto tem o intuito de renovar ou substituir cerca de 15% dos equipamentos/materiais operacionais utilizados pelo GBMar nas suas prevenções e salvamentos, visando a melhoria no atendimento à população que frequenta as praias litorâneas paulistas.
Formas de mensuração:	O projeto tem como objetivo o aumento dos setores de atuação do CBPMESP, na proteção e salvamento de banhistas nas praias litorâneas paulistas.

META GERAL 3: FORTALECIMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

META GERAL 3: FORTALECIMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	
AÇÃO 1 META 3: Reparelhamento operacional do Grupamento de Bombeiros Marítimo	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 2.879.215,58 CUSTEIO: R\$ 1.233.948,53 Valor total da ação: R\$ 4.113.165,11
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	META ESPECÍFICA : Aquisição de materiais e equipamentos operacionais e viaturas para o Grupamento de Bombeiros Marítimo
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Aquisição de equipamentos operacionais modernos em substituição dos existentes danificados e obsoletos, com intuito de melhorar o atendimento dos profissionais do GBMAR a população que frequenta as praias paulistas, logo esse projeto tem intuito de renovar ou substituir cerca de 15% dos equipamentos utilizados na prevenção do GBMAR, assim também podendo ampliar a capacidade preventiva do corpo de bombeiros nas praias paulistas.
FORMAS DE MENSURAÇÃO Art. 13, II, Port. 480/2021	Relatório de Mensuração com planilha demonstrativa do quantitativo.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Elaboração de Termo de Referência;	- Cotação de preços;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Elaboração dos editais de licitação;	- Elaboração dos editais de licitação;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Licitação; Publicação; Recursos; Envio do relatório de acompanhamento (MISP);	Licitação; Publicação; Recursos;	Assinatura de contratos; Publicação da equipe de fiscalização dos contratos;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas; Início das Entrega e instalação dos equipamentos e equipamentos licitados;	- Período destinado à contratada para customização das Viaturas; Início das Entrega e instalação dos equipamentos e equipamentos licitados;	- Entrega e instalação dos equipamentos;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Entrega e instalação dos equipamentos;	Entrega e instalação dos equipamentos;	Entrega e instalação dos equipamentos;	Entrega e instalação dos equipamentos;	Entrega e instalação dos equipamentos;	Entrega e instalação dos equipamentos;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;	- Ação concluída;



Assinado digitalmente por JOÃO CAMILO PIRES DE CAMPOS - Secretário da Segurança Pública / GS - 10/10/2022 às 11:56:27.
Documento Nº: 54584387-2685 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=54584387-2685>



SSPDCI202202316

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA PERÍCIA OFICIAL

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA PERÍCIA OFICIAL	
AÇÃO 1 META 4: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VÍDEO-COMPARAÇÃO ESPECTRAL PARA EXAMES PERICIAIS DOCUMENTOSCÓPICOS	
Contextualização do problema:	A Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo (SPTC) é o órgão oficial responsável, entre outras, pelo exame pericial em locais de cenas de crime em todo o estado, bem como pela coleta, transporte e realização de exames periciais em todos os vestígios deixados em tais locais. Todo trabalho desenvolvido pela SPTC é feito com base em exames minuciosos, que vão desde análises em local de crime das mais diversas modalidades criminosas e, ao executar as suas atividades, segue os interesses e parâmetros definidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, visando a prevenção, o combate e o enfrentamento à criminalidade violenta em todo o Estado de São Paulo. Dentro de suas atribuições, é garantidora da preservação e manutenção da idoneidade das provas materiais por ela arrecadadas (manutenção da cadeia de custódia de provas), dentro das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), instituída pela Lei 13.675/18. A aquisição dos equipamentos de vídeo-comparação espectral, tem como destinação o Núcleo de Documentoscopia, localizado na sede da SPTC, e os Núcleos de Perícias Criminalísticas do interior do Estado de São Paulo. Considerando os avanços tecnológicos utilizados nas falsificações de documentos, o Núcleo de Documentoscopia conta, atualmente, com apenas um equipamento Comparador Espectral que não atende a todas as nossas necessidades locais, e, ainda, para prestar apoio e assessoria aos peritos Criminais de todo o Estado de São Paulo. Frente a essa situação, e buscando solucionar o problema aqui contextualizado, a presente ação estrutura-se na aquisição de 01 (um) equipamento Comparador Espectral de Imagem de Vídeo Avançada de Nível Forense, com tecnologia mais moderna e com funções mais completas, principalmente a função "Multi Foco 3D", para imagem, e 06 (seis) equipamentos comparadores Espectral de Imagem de Vídeo compactos, com menor quantidade de funções, para contemplar aos outros Núcleos do Estado de São Paulo e assim satisfazer as necessidades regionais, visto que esses Núcleos, até o presente momento, não dispõem de equipamento específico para Documentoscopia. Ainda, para integrar as informações e ações, é necessário que os equipamentos possuam a mesma origem e softwares compatíveis para que, quando necessário, o equipamento do Núcleo de Documentoscopia possa receber e abrir imagens geradas nos outros equipamentos e prestar assessoria a distância às outras equipes do estado.
Análise diagnóstica do problema	Atualmente o Núcleo de Documentoscopia (Núcleo Especializado) conta com, apenas, 01 (um) equipamento Comparador Espectral que não atende a todas as nossas necessidades locais, além de não possuir recurso específicos para exames periciais documentoscópicos mais complexos. Anualmente, o Núcleo de Documentoscopia recebe, aproximadamente, 3.000 (três mil) requisições de exames periciais em documentos, além de prestar apoio e assessoria aos Núcleos de perícias Criminalísticas regionais (ao longo de todo o Estado de São Paulo) que, até o momento, não dispõem de equipamentos específicos para os exames documentoscópicos.
Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital	A Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo (SPTC), executa as suas atividades em perfeito alinhamento os interesses e parâmetros definidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, e que, entre outras, visa a prevenção, o combate e o enfrentamento da criminalidade em todo o Estado de São Paulo e, dentro de suas atribuições, é garantidora da preservação e manutenção da idoneidade das provas materiais por ela arrecadadas (manutenção da cadeia de custódia de provas), dentro das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), instituída pela Lei 13.675/18.
Razões para que o problema seja alvo de intervenção:	A aquisição dos equipamentos pretendidos é imprescindível para agilidade dos exames, qualidade dos exames e laudos periciais e evitar o deslocamento dos Peritos Criminais de outros Núcleos para a Sede, economizando tempo e recursos públicos com transporte. Além disso, dispondo de maior tecnologia, permite análises mais acuradas e sofisticadas atuando como fator que produz o aumento da percepção de segurança e confiança da população quanto aos serviços técnico-periciais que desenvolvemos e com o padrão de qualidade esperado pela sociedade
Locais (Regiões ou Municípios) que serão contemplados	Por meio da presente ação, a SPTC visa contemplar o Núcleo de Documentoscopia do seu Instituto de Criminalística, que presta atendimento a todo o estado de São Paulo e acompanhamento técnico a todos os Núcleos de Perícias Criminalísticas (NPC) que executam exames documentoscópicos, e 06 (seis) NPC no estado de São Paulo. Assim, o será instalado: <ul style="list-style-type: none">No NÚCLEO DE DOCUMENTOSCOPIA (sede): 01 (um) equipamento de vídeo-comparação espectral de maior potência, de nível forense, capaz de realizar exames documentoscópicos de alta complexidadeNos NÚCLEOS DE PERÍCIAS CRIMINALÍSTICAS (regionais): 06 (seis) equipamentos de vídeo-comparação espectral compactos, de menor potência, capaz de realizar exames documentoscópicos de menor complexidade
Indicadores:	Para as metas específicas apontadas, será utilizado como indicador: • NÚMERO ABSOLUTO DE EXAMES PERICIAIS REALIZADOS pelo Núcleo de Documentoscopia e pelos Núcleos de Perícias Criminalísticas contemplados
Resultados Esperados:	Por meio da presente ação, a SPTC, em conformidade ao Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, tem como resultado esperado, entre outros, estimular e apoiar a realização de ações de prevenção à violência e à criminalidade, fortalecendo os mecanismos de investigação. Com a implementação do presente Plano de Aplicação, buscamos atingir os seguintes resultados específicos: <input checked="" type="checkbox"/> Aumento da identificação de autorias de crimes fornecendo elementos para investigação policial; <input checked="" type="checkbox"/> Diminuição do tempo empregado para realização dos exames documentoscópicos, porém com maior acuidade; <input checked="" type="checkbox"/> Possibilidade de mensurar eficácia sobre os métodos tradicionais, e de melhor planejar a expansão de novas tecnologias para todas as equipes de perícias;
Formas de mensuração:	Para o alcance dos resultados esperados, será utilizada como forma de mensuração: RELATÓRIO SUBSTANCIADO COM PLANILHA DEMONSTRATIVA DO QUANTITATIVO de exames periciais documentoscópicos que utilizaram os equipamentos pretendidos.

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA PERÍCIA OFICIAL

AÇÃO 1: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VÍDEO-COMPARAÇÃO ESPECTRAL PARA EXAMES PERICIAIS DOCUMENTOSCÓPICOS

INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	PERÍCIA OFICIAL
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: R\$ 2.876.953,82 CUSTEIO: Valor total da ação: R\$ 2.876.953,82
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	META ESPECÍFICA 1: Adquirir 01 (um) equipamento de vídeo-comparação espectral para exames de alta complexidade – Valor Total: R\$ 1.100.000,00 META ESPECÍFICA 2: Adquirir 06 (seis) equipamentos vídeo-comparação espectral compactos para exames convencionais - Valor Total: R\$ 1.876.953,82
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	<input checked="" type="checkbox"/> Aumento da identificação de autorias de crimes fornecendo elementos para investigação policial; <input checked="" type="checkbox"/> Diminuição do tempo empregado para realização dos exames documentoscópicos, porém com maior acuidade; <input checked="" type="checkbox"/> Possibilidade de mensurar eficácia sobre os métodos tradicionais, e de melhor planejar a expansão de novas tecnologias para todas as equipes de perícias;
FORMAS DE MENSURAÇÃO Art. 13, II, Port. 480/2021	RELATÓRIO SUBSTANCIADO COM PLANILHA DEMONSTRATIVA DO QUANTITATIVO de exames periciais documentoscópicos que utilizaram os equipamentos pretendidos

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023

1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Elaboração de Termo de Referência;	Cotação de preços;	Elaboração dos editais de licitação;	Publicação dos editais;	Início dos certame licitatório;	Certame licitatório;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Conclusão do certame licitatório	Assinatura de contratos;	Designação da Equipe de Gestão de Contratos;	Envio relatório de acompanhamento	Contato com fornecedor	Recebimento provisório dos bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024

1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Designação da comissão de recebimento;	Recebimento Definitivo e patrimonialização de bens;	Elaboração do relatório de gestão	Liquidação das NF-e;	Pagamento do fornecedor;	Prestação de contas;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO



Assinado digitalmente por JOÃO CAMILO PIRES DE CAMPOS - Secretário da Segurança Pública / GS - 10/10/2022 às 11:56:27.
Documento Nº: 54584387-2685 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=54584387-2685>



SSPDCI202202316

Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	Envio do relatório final de execução/gestão	Ação concluída;	Ação concluída;	Ação concluída;	Ação concluída;
---	---	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------

AÇÃO 2 META 4: AQUISIÇÃO DE INVÓLUCROS PLÁSTICOS, DOTADOS DE LACRES INVOLÁVEIS, PARA ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE DE PROVAS MATERIAIS	
Contextualização do problema:	A Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo (SPTC) é o órgão oficial responsável, entre outras, pelo exame pericial em locais de cenas de crime em todo o estado, bem como pela coleta, transporte e realização de exames periciais em todos os vestígios deixados em tais locais. Todo trabalho desenvolvido pela SPTC é feito com base em exames minuciosos, que vão desde análises em local de crime das mais diversas modalidades criminosas e, ao executar as suas atividades, segue os interesses e parâmetros definidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, visando a prevenção, o combate e o enfrentamento à criminalidade violenta em todo o Estado de São Paulo. Dentro de suas atribuições, é garantidora da preservação e manutenção da idoneidade das provas materiais por ela arrecadadas (manutenção da cadeia de custódia de provas), dentro das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), instituída pela Lei 13.675/18. A aquisição de invólucros plásticos, dotados de lacres próprios invioláveis, tem como destinação o acondicionamento e transporte de objetos e materiais coletados em cenas de crimes e visa, além da identificação e individualização dos objetos, a preservação e manutenção da idoneidade das provas materiais coletadas. Assim, acondicionadas, identificadas e individualizadas nesses invólucros, as provas materiais podem ser encaminhadas para exames específicos em Núcleos especializados na sede da SPTC (via maleta) ou Núcleo e Equipes regionais e acompanharão os laudos periciais realizados. Como o laudo pericial da maior parte dos casos atendidos pela SPTC acompanha peça de exame, seja ela material de origem biológica humana (ou não), armas e entorpecentes, além, de objetos de todos os tipos, tais como celulares, calçados, roupas e uma infinidade de itens variados, é imprescindível que tenhamos os invólucros plásticos dotados de lacre dos mais variados tamanhos para que se preserve a cadeia de custódia de cada peça individualmente. Dada a importância e a indispensabilidade das provas materiais, tanto aquelas coletadas na exata cena do crime (armas, projéteis, artefatos, explosivos, entorpecentes, medicamentos, venenos, sangue, sêmen, peças do vestuário, entre outras) quanto as provas que são produzidas por meio de exames laboratoriais (extração de DNA, extração de dados e informações em aparelhos telefônicos, smartphones, computadores, entre outras) é fundamental definir um procedimento que garanta e acredite a prova pericial impedindo a sua manipulação, violação, adulteração, contaminação ou substituição tanto no momento de sua coleta quanto no processo de acondicionamento, manutenção, transporte, realização dos exames e destinação ao solicitante após as análises.
Análise diagnóstica do problema	Atualmente dispomos de número insuficiente de tais invólucros para garantir, seguramente, o abastecimento ininterrupto de todos os Núcleos e Equipes de Perícias Criminalísticas e Médico-Legais do Estado de São Paulo ao longo do ano. Assim, vislumbrando tal condição, temos utilizado outros sistemas de acondicionamento e transporte, com sistemas mais simples e com menores elementos de segurança, como por exemplo os sistemas de lacres do tipo abraçadeira que apenas trespassam os invólucros plásticos lios, sem sistema de lacre próprio. Ainda que igualmente seguros, são notadamente mais frágeis e vulneráveis a rupturas. Os invólucros, como proposto, são os mesmos já utilizados com sucesso em nossas instituições (IC e IML) e, dada a sua especificidade técnica e impossibilidade de rompimento sem que deixe marcas de tal ação, garantem que a prova material, na condição e situação como arrecadada e analisada, será preservada, mantendo-se, portanto, a cadeia de custódia de provas. E, nesse sentido, a inviolabilidade das provas materiais garante a realização de exames periciais mais efetivos e eficientes, com provas acreditadas, e com maior grau de confiabilidade das provas, os anseios criminosos acabam frustrados, diminuindo, gradativamente, a sensação de impunidade e aumentando a percepção de segurança e confiança da população quanto aos serviços técnico-periciais que desenvolvemos e com o padrão de qualidade esperado pela sociedade. Desse modo, a proposta, em sua integralidade, adequa-se a intervenção pretendida ao proporcionar melhor estruturação tanto dos serviços técnico-periciais quanto dos serviços administrativo institucionais que a SPTC desempenha. Tais invólucros apresentados incrementarão substancialmente os nossos estoques possibilitando o abastecimento das nossas unidades, além de oferecerem qualidade superior e mais segura de transporte de provas.
Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital	A Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo (SPTC), executa as suas atividades em perfeito alinhamento os interesses e parâmetros definidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, e que, entre outras, visa a prevenção, o combate e o enfrentamento da criminalidade em todo o Estado de São Paulo e, dentro de suas atribuições, é garantidora da preservação e manutenção da idoneidade das provas materiais por ela arrecadadas (manutenção da cadeia de custódia de provas), dentro das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), instituída pela Lei 13.675/18.
Razões para que o problema seja alvo de intervenção:	A utilização dos invólucros pretendidos atua de modo a garantir e acreditar a prova pericial impedindo a sua manipulação, violação, adulteração, contaminação ou substituição tanto no momento de sua coleta quanto no processo de acondicionamento, manutenção, transporte, realização dos exames e destinação ao solicitante após as análises. Assim, atua como fator que produz o aumento da percepção de segurança e confiança da população quanto aos serviços técnico-periciais que desenvolvemos e com o padrão de qualidade esperado pela sociedade. Também, a aquisição pretendida permitirá a manutenção do estoque de insumos relacionados ao acondicionamento e transporte de provas materiais de modo mais eficiente, eficaz e seguro.
Locais que serão contemplados	Por meio da presente ação, a SPTC visa contemplar todos os Núcleos e Equipes, tanto do Instituto de Criminalística quanto do Instituto Médico Legal, a partir do controle e distribuição desses materiais por meio do Núcleo de Suprimentos e Patrimônios localizado no prédio sede da SPTC (São Paulo – Capital).
Indicadores:	Para a meta apontada, será utilizado como indicador: NÚMERO ABSOLUTO DE INVÓLUCROS PLÁSTICOS distribuídos aos Núcleos e Equipes periciais.
Resultados Esperados:	Por meio da presente ação, a SPTC, em conformidade ao Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, tem como resultado esperado, entre outros, estimular e apoiar a realização de ações de prevenção à violência e à criminalidade, fortalecendo os mecanismos de investigação e manutenção da cadeia de custódia de provas. Com a implementação do presente Plano de Aplicação, buscamos atingir os seguintes resultados específicos: Aquisição e disponibilização dos invólucros para unidades periciais estimulando o aumento da confiabilidade das condições de armazenamento e transporte das provas materiais
Formas de mensuração:	Para o alcance dos resultados esperados, será utilizada como forma de mensuração: RELATÓRIO SUBSTANCIADO COM PLANILHA DEMONSTRATIVA DO QUANTITATIVO de invólucros plásticos utilizados.

META GERAL 4: FORTALECIMENTO DA PERÍCIA OFICIAL

AÇÃO 2: AQUISIÇÃO DE INVÓLUCROS PLÁSTICOS, DOTADOS DE LACRES INVOLÁVEIS, PARA ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE DE PROVAS MATERIAIS

INSTITUIÇÃO BENEFICIADA DIRETAMENTE:	PERÍCIA OFICIAL
RECURSO PLANEJADO	INVESTIMENTO: 0 CUSTEIO: R\$ 1.232.980,20 Valor total da ação: R\$ 1.232.980,20
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	META ESPECÍFICA 1: Adquirir cerca de 150.000 (cento e cinquenta mil) invólucros plásticos, dotados de lacres invioláveis, para acondicionamento e transporte de provas materiais; Valor: R\$ 1.232.980,20
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	☑ Aquisição e disponibilização dos invólucros para unidades periciais estimulando o aumento da confiabilidade das condições de armazenamento e transporte das provas materiais
FORMAS DE MENSURAÇÃO Art. 13, II, Port. 480/2021	RELATÓRIO SUBSTANCIADO COM PLANILHA DEMONSTRATIVA DO QUANTITATIVO de invólucros plásticos utilizados.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO					
CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Elaboração de Termo de Referência;	Cotação de preços;	Elaboração dos editais de licitação;	Publicação dos editais;	Início dos certame licitatório;	Certame licitatório;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Conclusão do certame licitatório	Assinatura de contratos;	Designação da Equipe de Gestão de Contratos;	Envio relatório de acompanhamento	Contato com fornecedor	Recebimento provisório dos bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Designação da comissão de recebimento;	Recebimento Definitivo e patrimonialização de bens;	Elaboração do relatório de gestão	Liquidação das NF-e;	Pagamento do fornecedor;	Prestação de contas;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO



Assinado digitalmente por JOÃO CAMILO PIRES DE CAMPOS - Secretário da Segurança Pública / GS - 10/10/2022 às 11:56:27.
Documento Nº: 54584387-2685 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=54584387-2685>



SSPDCI202202316



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria de Políticas de Segurança Pública

PLANO DE APLICAÇÃO EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO 2022

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO 2022

1. EIXO FINANCIADO: VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
MODALIDADE DE TRANSFERÊNCIA: FUNDO A FUNDO
EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO 2022

2. INFORMAÇÕES DO ORGÃO RECEBEDOR

Dados do fundo ESTADUAL de segurança pública:

- Unidade Federativa: SP
- Lei de criação do Fundo Estadual: LEI Nº 17.219, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019
- CNPJ do Fundo Estadual ou Distrital: 35.786.072.0001/90

Dados do responsável pelo Fundo Estadual de Segurança Pública:

- Nome: João Camilo Pires de Campos
- Cargo: Secretário
- CPF: 453.140.207-34
- Contato: 11-3291-6845

Dados do responsável pela gestão do Fundo Estadual de Segurança Pública:

- Nome: Tatiana Cristina Silva Rocha
- Cargo: Secretária Executiva do FUNDESP
- CPF: 215.855.078-30
- Contato: 11 3291-6665

Contatos da equipe responsável pela elaboração do Plano de Aplicação:

Polícia Civil:

- Nome: Ana Lúcia Guimarães Junqueira
- Cargo: Delegada de Polícia Divisionária
- CPF: 098.402.368-22
- Contato: aljunqueira@sp.gov.br – fone: (11) 3311-3906 – cel. (11) 98903-4196

Polícia Militar:

- Nome: Carlos Roberto Klemp
- Cargo: CAPITÃO PM
- CPF: 256.065.898-42
- Contato: CARLOSKLEMP@POLICIAMILITAR.SP.GOV.BR

Corpo de Bombeiros:

- Nome: Rene Sergio Van Nioje Surjus
- Cargo: Cap PM
- CPF: 318.939.198-03
- Contato: 11 3396-2326; E-MAIL: ccbconvenios@policiamilitar.sp.gov.br;

Polícia Científica:

- Nome: Patrícia Harich
- Cargo: Perita Criminal – Diretora da Divisão de Administração da Superintendência (SPTC-DA)
- CPF: 245.611.018-88
- Contato: (11) 97359-0101 patricia.ph@policiacientifica.sp.gov.br

3. RECURSO DESTINADO

Investimento: R\$ 4.038.850,28 (quatro milhões e trinta e oito mil e oitocentos e cinquenta reais e vinte e oito centavos)

Custeio: R\$ 4.038.850,26 (quatro milhões e trinta e oito mil e oitocentos e cinquenta reais e vinte e seis centavos)

Valor Total: R\$ 8.077.700,54 (oito milhões e setenta e sete mil e setecentos reais e cinquenta e quatro centavos)



Assinado digitalmente por JOÃO CAMILO PIRES DE CAMPOS - Secretário da Segurança Pública / GS - 10/10/2022 às 11:56:25.
Documento Nº: 54582400-661 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=54582400-661>



SSPDCI20202314A

4. METAS GERAIS PLANEJADAS

META GERAL 1: ATENÇÃO BIOPSISSOCIAL			
VALOR TOTAL DA META: R\$ 1.542.032,87			
INSTITUIÇÃO:	Nº AÇÃO:	AÇÃO:	VALOR DA AÇÃO:
Polícia Científica	Ação 1 (M.G 1)	Incentivo à prática de atividades físicas, por meio de aquisição de equipamentos de musculação, visando a disponibilização de uma academia de ginástica	R\$ 513.741,76
Corpo de Bombeiros	Ação 2 (M.G 1)	Valorização dos Profissionais de Segurança Pública que atuam no Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar) do Corpo de Bombeiros da PMESP	R\$ 1.028.291,11

META GERAL 2: SAÚDE			
VALOR TOTAL DA META: R\$ 6.021.925,77			
INSTITUIÇÃO:	Nº AÇÃO:	AÇÃO:	VALOR DA AÇÃO:
Polícia Civil	Ação 1 (M.G 2)	Apoio à saúde dos servidores da Polícia Civil do Estado de São Paulo, por meio de aquisição de veículos adaptados para o auxílio e transporte para atendimento médico hospitalar, submissão a exames clínicos, fisioterapias, entre outras atividades necessárias à recuperação, visando à qualidade de vida dos profissionais de segurança pública com deficiência decorrente de ações no exercício ou em razão do cargo ou função, em consonância com o disposto no inciso II, do artigo 10, da Portaria MJSP nº 483/2021.	R\$ 1.314.645,77
Polícia Civil	Ação 2 (M.G 2)	Contratação de profissionais da área de educação física para atuar na academia de ginástica da Polícia Civil, implantada através de recursos provenientes do Termo de Adesão nº 52/2019 e profissionais da área de fisioterapia para situações que demandam atender policiais civis com histórico de condições que reclamam habilitação e reabilitação mediante diagnósticos específicos	R\$ 1.314.645,77
Polícia Militar	Ação 3 (M.G 2)	Apoio à saúde do policial militar do estado de São Paulo, por meio da aquisição de materiais de saúde para o centro médico	R\$ 1.696.317,11
Polícia Militar	Ação 4 (M.G 2)	Apoio à saúde do policial militar do estado de São Paulo, por meio da aquisição de equipamentos para os centros médico e odontológico	R\$ 1.696.317,12

META GERAL 3: SEGURANÇA DO TRABALHO			
VALOR TOTAL DA META: R\$ 513.741,75			
INSTITUIÇÃO:	Nº AÇÃO:	AÇÃO:	VALOR DA AÇÃO:
Polícia Científica	Ação 1 (M.G 3)	Incentivo à segurança do trabalho e saúde por meio da contratação de empresa especializada na prestação de serviços em medicina do trabalho e engenharia de segurança do trabalho	R\$ 513.741,75

META GERAL 4: VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL			
VALOR TOTAL DA META:			
INSTITUIÇÃO:	Nº AÇÃO:	AÇÃO:	VALOR DA AÇÃO:
Não há ações nessa meta geral.			



5. DESENVOLVIMENTO TEÓRICO DAS AÇÕES
META GERAL 1: ATENÇÃO BIOPSISSOCIAL

META GERAL 1: ATENÇÃO BIOPSISSOCIAL	
AÇÃO 1 (META1): Incentivo à prática de atividades físicas, por meio de aquisição de equipamentos de musculação, visando a implantação de uma academia de ginástica	
Contextualização do problema:	A Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo (SPTC) é composta por cerca de 4000 servidores de carreira e coordena os Institutos de Criminalística (IC) e Médico-legal (IML) em todo o estado de São Paulo. Portanto, possui diversificado quadro de carreiras em sua composição e que envolvem, além de Peritos Criminais, Médicos Legistas, Desenhistas Técnico-Periciais, Fotógrafos Técnico-Periciais, Atendentes de Necrotério, Auxiliares de Necropsia, Oficiais Administrativos, Técnicos de Laboratório, Auxiliares de Laboratório e Técnicos de Radiologia, também, Executivos Públicos, Auxiliares de Papiloscopia, Auxiliares de Serviços, Carcereiros, Escrivães, Investigadores, Papiloscopistas, Agentes de Telecomunicações, Agentes Policiais e Auxiliares de Enfermagem. Cada categoria profissional e carreira que nos compõe apresenta suas particularidades condicionadas pelas variantes e riscos que envolvem suas atividades, apresentando diferenças de vulnerabilidades, fato que culmina situações de estresse e desatenção quanto à saúde física e psicológica de seus servidores e, portanto, exige a condução de ações de atenção direcionadas a essa necessidade. Diversos estudos científicos comprovam que a profissão policial é uma das que mais causa estresse e consequentemente interfere na essência biopsicossocial do indivíduo, inclusive com repercussão na saúde física dos policiais. Deste modo a Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo (SPTC) tem nesse projeto, suportado pelo incentivo financeiro das ações do Eixo de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública, o objetivo de promover ações de valorização e melhoria da qualidade de vida dos seus servidores, por intermédio de programas, projetos e ações nas áreas de atenção biopsicossocial, de saúde e segurança do trabalho e de valorização profissional. Compreender o servidor público além da função que ele ocupa é acreditar em suas potencialidades enquanto ser humano e ter como consequência um melhor rendimento deste indivíduo no seu ambiente de trabalho e em todas as áreas da vida. Sabe-se que o ser humano apresenta diversas formas de se nortear no seu desempenho dos papéis sociais, ou seja, ao mesmo tempo que é policial, também é filho, pai, marido, etc. Quando ocorre o desequilíbrio em uma das áreas, haverá reflexo no desenvolvimento das demais. O presente Plano de Aplicação busca, em estrita observância ao eixo de financiamento, fomentar a aplicação dos recursos por meio da aquisição de equipamentos de musculação, visando a disponibilização de uma academia de ginástica, conforme exposto por meio da Portaria MJSP nº 483/2021, apresentado no art. 9, incisos II, III, IV, V e VII, além de atender, indiretamente, ao que está exposto no art. 10, inciso II e art. 11, incisos VI e VII, que regulamenta o incentivo financeiro das Ações Financiáveis do Eixo de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública.
Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):	Procedemos a análise diagnóstica e a proposição do atual programa para o enfrentamento da situação identificada que pode ser caracterizada como a carência de mecanismos que permitam aos policiais técnico-científico desenvolverem atividades físicas e de condicionamento físico. Estudos científicos comprovam que a prática de exercícios físicos propicia a liberação de substâncias endógenas que aumentam a sensação de bem-estar, melhora do humor, aumento da autoestima, diminuição da insônia e ansiedade mitigando, assim, os impactos nocivos da atividade policial. Atualmente, a SPTC dispõe de espaço específico para a prática de algumas atividades físicas em seu prédio sede (São Paulo – Capital). No entanto, o quantitativo, a diversidade e a disponibilidade de equipamentos são bastante restritos, além da condição já bastante adiantada de uso. Assim, frente a esse diagnóstico, fica evidente a exigência de intervenção nessa situação de modo a suprir, ou ao menos minimizar, a carência acima apontada. E, para a sua resolutividade, torna-se necessário o investimento pretendido com o objetivo de incentivar a prática de atividades físicas, estimulando a adoção de hábitos saudáveis, fato que permite a oferta de condições adequadas voltadas a atenção para situações de estresse, riscos, incidentes críticos e vitimização dos policiais técnico-científicos.
Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital	Com dito, é certo que a Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo (SPTC), executa as suas atividades em perfeito alinhamento os interesses e parâmetros definidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, dentro das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNPDS), instituída pela Lei 13.675/18. No entanto, para que os seus servidores tenham condições físicas e de trabalho adequadas é necessário que a carência apontada seja alvo das intervenções pretendidas pelo programa, visto que oferecem mecanismos para a estruturação de um sistema de proteção aos nossos servidores, criando a percepção de acolhimento e pertencimento dos policiais técnico-científicos do Estado. Além disso, otimiza o desempenho dos nossos policiais levando-nos a oferecer um melhor trabalho pericial e a respondermos a altura da expectativa da sociedade Com base no diagnóstico apontado, visando solucionar a problemática apontada e a ser enfrentada, além de ofertar melhores condições de qualidade de vida profissional e pessoal, o presente Plano de Aplicação busca, em estrita observância ao eixo de financiamento e conforme expresso na Portaria nº 483, de 09 de novembro de 2021, incentivar a prática de atividades físicas, por meio de aquisição de equipamentos de musculação, visando a disponibilização de uma academia de ginástica, caracterizando-se, assim, o interesse recíproco entre os entes participantes.
Razões para que o problema seja alvo de intervenção:	Conforme apontado no diagnóstico do problema mencionado, há a real necessidade dos investimentos apontados de modo a oferecer amparo tanto psicológico quanto físico, por meio de condicionamento físico, além de servirem como fator de crescimento pessoal aos nossos servidores diminuindo os riscos ao próprio policial. Assim, para possibilitar a prática de atividades físicas e a disponibilização de uma academia de ginástica, faz-se necessária a aquisição de equipamentos de musculação, destacando para a intenção de aquisição, entre outros, pesos livres, bancos específicos (reto, 90 graus, abdominal e desenvolvimento), supinos (reto e inclinado), "leg press", cadeiras (extensora e flexora), etc.
Locais que serão contemplados	Tendo em vista que a Capital do estado comporta o maior número dos nossos servidores, a implantação da academia de ginástica será instalada no prédio da sede da Superintendência da Polícia Técnico-Científica, localizada na capital do estado, local de fácil acesso e conhecimento para os servidores.
Estratégia de implementação:	Será estruturada a academia de ginástica destinados aos policiais técnico-científicos, que integram as Instituições finalísticas e visando também o atendimento aos profissionais que se encontram nas regiões mais distantes, na sede da Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo, tendo em vista o fato de que nossa sede abriga cerca de 750 (setecentos e cinquenta) dos nossos servidores, além do fácil acesso e sua referência institucional a todos. O cronograma estabelecido para a implantação do programa tem o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, sendo os 12 (doze) meses iniciais para as fases interna e externa do processo licitatório - que correspondem ao envio do projeto ao comitê gestor de gastos públicos do estado; aprovação do projeto pela Consultoria Jurídica da Secretaria da Segurança Pública do estado e pregão de aquisição - e os 06 (seis) meses finais para recebimento e liquidação dos objetos, capacitação dos servidores e implantação do serviço contemplado, conforme disposto abaixo: Quanto a ação apresentada, alvo do atual Plano de Aplicação, pretende-se implementar os projetos, as atividades e as ações, e alcançar os objetivos e resultados almejados por meio da oferta de equipamentos específicos e serem instalados no espaço que atualmente dispomos para a prática de atividade física. 58/
Objetivos e impactos esperados:	A partir da proposta apresentada pelo presente plano de aplicação, a Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo (SPTC), tem por OBJETIVO: I - Estimular a criação de mecanismos de proteção dos agentes públicos que compõem o sistema nacional de segurança pública e de seus familiares; II - Estimular e incentivar a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos servidores que compõem o sistema nacional de segurança pública. Com a ação proposta, a Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo (SPTC) espera o seguinte IMPACTO: I - Diminuição de gasto público em saúde com os profissionais de segurança pública, visto que fatores que degradam a saúde deste tipo de servidor serão identificados e poderão ser tratados, e ainda, durante à atividade contará com subsídios para atendimentos de urgências de saúde, que poderá impedir a evolução para um quadro de saúde mais grave; II - Melhoria da qualidade de vida por meio da redução de fatores de estresse e riscos ocupacionais identificados, além da redução no tempo para reinserção dos profissionais afastados.
Resultados Esperados:	A partir da proposta apresentada pelo presente plano de aplicação, a Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo (SPTC) busca atingir o seguinte RESULTADO: I - Aumento da expectativa de vida dos policiais técnico-científicos, bem como de sua autoestima e sentimento de pertencimento à Instituição da qualificação profissional para o desempenho de suas atividades e da qualidade de vida e da sua percepção de qualidade de vida.
Formas de mensuração:	Relatórios demonstrativos e fotográficos. Instrumento de medição utilizado para alcance dos objetivos esperados consiste na utilização de indicador que considera: NÚMERO ABSOLUTO DE SERVIDORES DA SPTC QUE UTILIZARAM A ACADEMIA DE GINÁSTICA DISPONIBILIZADA.



EXTRATO DA AÇÃO 1 (Meta BIOPSISSOCIAL):

META GERAL 1: ATENÇÃO BIOPSISSOCIAL	
AÇÃO 1: Incentivo à prática de atividades físicas, por meio de aquisição de equipamentos de musculação, visando a implantação de uma academia de ginástica	
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:	INVESTIMENTO: R\$ 513.741,76 CUSTEIO: 0 Valor total da ação: R\$ 513.741,76
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA:	Perícia Oficial R\$ 513.741,76
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	META ESPECÍFICA 1: Aquisição de equipamentos para atividade física, visando a disponibilização de uma academia de ginástica, visando o atendimento dos policiais técnico-científicos, no prazo de dois anos.
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Disponibilização de equipamentos para atividade física para os policiais técnico-científicos
FORMAS DE MENSURAÇÃO Art. 13, II, Port. 480/2021	Relatório de mensuração com planilha demonstrativa do quantitativo de servidores alcançados pela ação proposta

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Elaboração de Termo de Referência;	Cotação de preços;	Elaboração dos editais de licitação;	Publicação dos editais;	Início dos certame licitatório;	Certame licitatório;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Conclusão do certame licitatório	Assinatura de contratos;	Designação da Equipe de Gestão de Contratos;	Envio relatório de acompanhamento	Contato com fornecedor	Recebimento provisório dos bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Designação da comissão de recebimento;	Recebimento Definitivo e patrimonialização de bens;	Elaboração do relatório de gestão	Liquidação das NF-e;	Pagamento do fornecedor;	Prestação de contas;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	Envio do relatório final de execução/gestão	Ação concluída;	Ação concluída;	Ação concluída;	Ação concluída;



META GERAL 1: ATENÇÃO BIOPSISSOCIAL	
AÇÃO 2 (META1): Incentivo à prática de atividades físicas, por meio de aquisição de equipamentos de musculação, visando a implantação de academias.	
Contextualização do problema:	O Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP), organização estruturada na hierarquia e disciplina, tem como missão constitucional além das atribuições definidas em lei no art. 144 da CF/88, incumbir a execução de atividades de defesa civil, tendo seu quadro próprio e funcionamento definidos na legislação prevista no §2º do artigo art. 142º da CESP/88. Detentor da atividade de resgate, salvamento e combate a incêndio no Estado de São Paulo, norteia seu emprego operacional com base em parâmetros de qualidade, produtividade e cientificidade. Corrobora com a primazia dos direitos dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana. No Estado de São Paulo, há necessidade de investimentos contínuos no CBPMESP, em especial no treinamento e aperfeiçoamento de seu efetivo, buscando sempre a melhoria do atendimento operacional e da condição física do policial militar (bombeiro). Todavia a melhoria da qualidade da prestação de serviços está diretamente ligada a necessidade de uma melhor estrutura para os servidores, proporcionando materiais e equipamentos adequados, de forma que contribua para a saúde profissional do efetivo do CBPMESP.
Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):	O Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP), tem a necessidade de manter seu efetivo em pronto emprego, com treinamento contínuo, para tanto, esse efetivo precisa ter um condicionamento físico com boa performance devido aos diversos tipos de ocorrências de salvamentos em ambientes aquáticos, inclusive em águas abertas (mar), que demanda de grande preparo físico para esses tipos de ocorrências. Os quase 500 (quinhentos) policiais militares (bombeiros) do Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar) do CBPMESP, servidores de uma das Instituições vinculadas a esta Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, estão distribuídos nas cidades litorâneas de todo o Estado São Paulo. A necessidade de ampliação dos serviços de atendimento, requer um quantitativo de profissionais existentes no GBMar, pois a cada ano aumenta o número de frequentadores no litoral paulista e consequentemente as demandas na proteção de banhistas, recaído numa exigência cada vez maior no treinamento do efetivo, bem como na melhoria do preparo físico e mental desses profissionais do GBMar. Esses profissionais do GBMar, estão distribuídos em aproximadamente 17 (dezesete) unidades, sendo que, não raras vezes, uma parte deles encontram-se com restrições funcionais temporárias ou permanentes por motivos de saúde.
Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital	O Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP), órgão permanente, pertencente à Secretaria da Segurança Pública, conforme artigo 144, inc. V da Constituição Federal, integrante operacional do Sistema Único de Segurança Pública, por meio da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPOS), tem por finalidade a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, atuando de forma conjunta, coordenada, sistêmica e integrada aos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados e dos Municípios, desenvolvendo suas atividades finalísticas operacionais em regime de pronta resposta operacional às emergências e desastres, atuando no atendimento de diversos tipos de ocorrências, entre elas, os salvamentos aquáticos realizados nas praias, bem como o resgate de vítimas e o combate a incêndios em embarcações, em todo território litorâneo do Estado 24 milhas mar adentro, em perfeito alinhamento com o escopo do presente projeto.
Razões para que o problema seja alvo de intervenção:	A implementação do projeto visa obter como resultados, o aumento da expectativa de vida, da produtividade dos serviços, diminuição da rotatividade dos servidores, do absenteísmo causado por doenças ocupacionais e melhoria na qualidade de vida e na percepção da qualidade de vida dos servidores de segurança pública. O alto e constante índice de absenteísmo por motivos de doenças, assim como a restrição funcional de uma parcela dos profissionais de segurança pública por razões de saúde, fazem com que exista uma sobrecarga de trabalho para os demais profissionais que seguem atuando, agravando tanto pelo crescimento da população que frequentam as praias nos últimos anos, quanto pelo déficit de pessoal. É importante que o Estado priorize os trabalhadores em maior vulnerabilidade, como o efetivo do Corpo de Bombeiros, que tem uma atividade de maior risco para a saúde.
Locais que serão contemplados	Serão contemplados com a ação as regiões abrangentes do Grupamento de Bombeiro Marítimo, cerca de 17 postos espalhados por 14 municípios litorâneos do estado de São Paulo.
Estratégia de implementação:	A aquisição de equipamentos ergométricos e outros materiais/ equipamentos de academia tem como previsão o montante de R\$ 1.028.291,28, tendo as etapas para execução em maio/2023; junho/2023 publicação; julho/2023 licitação. A aquisição de equipamentos ergométricos e de materiais/equipamentos de academia visa reequipar os postos de bombeiros do Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar) do CBPMESP, dessa forma irá refletir numa melhora do condicionamento físico do seu efetivo. Tem-se por objetivo a substituição dos equipamentos/materiais obsoletos e ampliar a capacidade de pessoas treinando, propiciando melhoria nas condições de saúde e qualidade de vida dos profissionais do CBPMESP, estruturando diversas academias de treinamento funcional para condicionamento de todo efetivo do GBMar, visando também o atendimento aos profissionais de segurança pública que se encontram nas regiões mais próximas dessas unidades, que atualmente encontram-se prejudicados por não possuírem um local adequado para treinamento e condicionamento.
Objetivos e impactos esperados:	Estimular e incentivar os profissionais da segurança pública na qualidade de vida. O impacto esperado pelo projeto será a diminuição da demanda por serviços de saúde pública por esses profissionais e a melhoria na qualidade de vida do profissional de segurança pública, com a melhoria de seu condicionamento físico. Ocorrerá também, em consequência, uma diminuição de gasto público em saúde com os profissionais de segurança pública.
Resultados Esperados:	Adquirir novos equipamentos e materiais para as academias de treinamento funcional espalhadas nos postos do Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar), a fim de reequipar as academias que não possuem diversos tipos de equipamentos/materiais, bem como possuem diversos equipamentos/materiais obsoletos, antigos e danificados. Logo esse projeto tem intuito de adquirir de 80% a 100% dos equipamentos ergométricos e cerca de 50% dos equipamentos/materiais de academia para os postos do GBMar, visando a melhoria da qualidade de vida e do aumento da autoestima desses profissionais.
Formas de mensuração:	O projeto tem como objetivo o aumento da expectativa de vida e da produtividade dos profissionais de segurança pública, diminuição da rotatividade dos servidores e do absenteísmo causado por doenças ocupacionais e a melhoria na qualidade de vida e na percepção da qualidade de vida dos servidores.



EXTRATO DA AÇÃO 1 (Meta BIOPSISSOICAL):

META GERAL 1: ATENÇÃO BIOPSISSOICAL	
AÇÃO 2 (META1): Incentivo à prática de atividades físicas, por meio de aquisição de equipamentos de musculação, visando a implantação de academias.	
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:	INVESTIMENTO: R\$ 514.145,64
	CUSTEIO: R\$ 514.145,64
	Valor total da ação: R\$ 1.028.291,28
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA:	Perícia Oficial R\$ 1.028.291,28
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	META ESPECÍFICA : Aquisição de materiais e equipamentos para reequipar os postos de bombeiros do Grupamento de Bombeiros Marítimo.
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Adquirir de 80% a 100% dos equipamentos ergométricos e cerca de 50% dos equipamentos de academias para as unidades do GBMAR
FORMAS DE MENSURAÇÃO Art. 13, II, Port. 480/2021	Relatório de B/1 (recursos humanos) comparando os afastamentos por saúde antes e após a aquisições e implantações.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Elaboração de Termos de Referência;	Cotação de preços;	Elaboração dos editais ;	Publicação dos editais;	Licitação; Publicação;	Licitação; Publicação; Recursos; (Metas Específicas 1 e 2)
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Envio do relatório de acompanhamento (MJSP); Licitação; Publicação; Recursos;	Assinatura de contratos; Publicação da equipe de fiscalização dos contratos	Início dos atendimentos nas Clínicas;	Execução dos serviços contratados	Execução dos serviços contratados	Execução dos serviços contratados

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2024					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Execução dos serviços contratados	Execução dos serviços contratados	Execução dos serviços contratados	Execução dos serviços contratados	Execução dos serviços contratados	Execução dos serviços contratados
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Execução dos serviços contratados	Execução dos serviços contratados	Ação concluída; Relatório Mensuração - prestação de Contas;	Ação concluída;	Ação concluída;	Ação concluída;



META GERAL 2: SAÚDE

META GERAL 2: SAÚDE	
AÇÃO 1 (META 2): Apoio a saúde dos servidores da segurança pública do Estado de São Paulo, por meio de aquisições de veículos adaptados para atendimento médico hospitalar e exames necessários para pronta recuperação	
Contextualização do problema:	O estado de São Paulo conta com aproximadamente vinte e cinco mil servidores de segurança pública na Polícia Civil, porém não há prestação de serviços de Atendimento de transportes deste servidores para atendimento médico hospitalar e exames necessários para pronta recuperação. Tendo em vista a necessidade de criação e aprimoramento de mecanismos que possibilitem o atendimento de policiais civis, da ativa e/ou aposentados, eventualmente acometidos de doenças graves ou com impossibilidade de locomoção em razão de acidentes de trabalho ou pessoais, importante a destinação de viaturas/veículos adaptados e ocupados por profissionais de saúde para o auxílio e transporte dos referidos servidores para atendimento médico hospitalar, submissão a exames clínicos, fisioterapias, entre outras atividades necessárias à recuperação.
Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):	Considerando que a Divisão de Prevenção e Apoio Assistencial, do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil, tem incumbência em nível Estadual e que os policiais civis exercem suas atividades nos 10 (dez) Departamentos de Polícia Judiciária do Interior, como também nos demais Departamentos localizados na Capital e Grande São Paulo, estando eles sujeitos a eventuais acidentes de trabalho ou mesmo acometimento das mais variadas doenças existentes e, nestas situações, podem enfrentar dificuldades para deslocamentos, é de suma importância a aquisição de veículos para o transporte adequado dos referidos servidores, garantindo assim o mais rápido e perfeito restabelecimento
Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital	Atualmente se encontra vigente o Resolução SSP-99 de 25-11-2019, que estabelece a Política Estadual de Segurança Pública, definindo Missão, Visão, Diretrizes, Objetivos Estratégicos, Mapa Estratégico e Ações Estratégicas, meios e instrumentos pelos quais deve ser realizada a atuação dos estados no âmbito da Segurança Pública, com vistas a uma atuação cooperativa e efetiva do Estado de São Paulo ao longo desse período. Dentre as ações planejadas, temos as que tratam de modernização, infraestrutura, e de atendimento à saúde dos Profissionais de Segurança Pública. Uma das finalidades destas ações é a de garantir condições de trabalho adequadas aos servidores das instituições vinculadas a esta Secretaria de Segurança Pública. Por meio de uma estratégia de aperfeiçoar os programas de cuidados biológicos, psíquicos e sociais voltados aos servidores da Segurança Pública e seus familiares e efetivar medidas para melhoria da qualidade de vida dos servidores da Segurança Pública.
Razões para que o problema seja alvo de intervenção:	A atividade exercida pelos profissionais da segurança pública, expõe-os a grande risco e vulnerabilidade e em razão disso, muitos policiais são vitimados em confrontos, sofrem acidentes de trabalho e ficam comprometidos em sua mobilidade, necessitando de apoio para submeterem-se aos tratamentos necessários, como fisioterapias, atendimentos médicos, odontológicos e demais terapias imprescindíveis a sua recuperação, todavia, até o presente momento, a Polícia Civil não reúne condições em dar o devido suporte aos policiais vitimados que se encontram com restrição de sua mobilidade, razão pela qual, a disponibilização de veículos adaptados para oferecer o transporte adequado dos policiais resultará na melhora da qualidade de vida dos profissionais da polícia civil com deficiências decorrentes de ações no exercício ou em razão do cargo da função.
Locais que serão contemplados	A ação contemplará inicialmente os policiais civis em exercício nos diversos Departamentos situados na Capital e Grande São Paulo e será administrado pela Divisão de Prevenção e Apoio Assistencial - DPAA, do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP.
Estratégia de implementação:	Será estruturado, a princípio, com dois veículos adaptados para transporte dos policiais, no âmbito do Departamento de Administração e Planejamento – DAP, através de sua Divisão de Prevenção e Apoio Assistencial - DPAA, que tem a incumbência em nível Estadual de cuidar do bem-estar físico e mental dos profissionais de segurança pública da Polícia Civil, bem como os profissionais aposentados, prejudicados por restrição de suas funções normais de locomoção. A estratégia de atuação propõe ainda uma expansão gradual com a aquisição de 12 (doze) veículos, possibilitando-se assim o direcionamento de um veículo especializado para Sede de cada um dos 10 (dez) Departamentos de Polícia Judiciária do Interior.
Objetivos e impactos esperados:	Promover a qualidade de vida e o bem-estar dos profissionais de segurança pública., Tal cenário coloca os servidores no centro das estratégias de saúde e bem-estar.
Resultados Esperados:	Com a aquisição dos veículos, espera-se proporcionar aos policiais maior segurança e qualidade em suas locomoções, tornando sua recuperação mais rápida e eficaz, bem como, trará aos policiais civis aposentados maior valorização e reconhecimento pela dedicação de uma vida à Segurança Pública.
Formas de mensuração:	Através de relatório fotográfico, com inserção da Nota Fiscal de Compra, bem como, Relatório demonstrando o cumprimento do objeto.

EXTRATO DA AÇÃO 1 META GERAL 2: SAÚDE

META GERAL 2 – SAÚDE	
AÇÃO 1: Apoio a saúde dos servidores da segurança pública do Estado de São Paulo, por meio de aquisições de veículos adaptados para atendimento médico hospitalar e exames necessários para pronta recuperação	
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:	INVESTIMENTO: R\$ 1.314.645,00 CUSTEIO: 0 Valor total da ação: R\$ 1.314.645,00
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA:	Polícia Civil R\$ 1.314.645,00
METAS ESPECÍFICAS Art. 59, Port. 483/2021	META ESPECÍFICA 1: Aquisição de veículos adaptados, tipo ambulância, para transportes de funcionários e aposentados da Polícia Civil para atendimento médico hospitalar e exames necessários à pronta recuperação..
RESULTADOS ESPERADOS Art. 68, Port. 483/2021	Melhora da qualidade de vida dos policiais civis com deficiência decorrente de ações no exercício da função ou em razão do cargo
FORMAS DE MENSURAÇÃO Art. 13, II, Port. 480/2021	Através de relatório fotográfico, com inserção da Nota Fiscal de Compra, bem como, Relatório demonstrando o cumprimento do objeto.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Elaboração de Termos de Referência;	Cotação de preços	Elaboração dos editais	Publicação dos editais;	Licitação; Publicação;	Licitação; Publicação; Recursos; (Metas Específicas 1)
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Envio do relatório de acompanhamento (MISP); Licitação; Publicação; Recursos;	Assinatura de contratos; Publicação da equipe de fiscalização dos contratos	Início dos atendimentos;	Execução dos serviços	Execução dos serviços	Execução dos serviços

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Execução dos serviços	Execução dos serviços	Execução dos serviços	Execução dos serviços	Execução dos serviços	Execução dos serviços
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Execução dos serviços	Execução dos serviços	Ação concluída; Relatório Mensuração – prestação de Contas;	Ação concluída;	Ação concluída;	Ação concluída;



META GERAL 2: SAÚDE	
AÇÃO 2 (META 2): Apoio a saúde dos servidores da segurança pública do Estado de São Paulo, por meio de Contratação de profissionais da área de educação física e fisioterapia para atuar na academia de ginástica da Polícia Civil	
Contextualização do problema:	O Estado de São Paulo conta com aproximadamente vinte e cinco mil servidores de Segurança Pública na Polícia Civil, dos quais mais de três de mil tem como sede de exercício o prédio denominado "Palácio da Polícia". É neste local que está instalada a Divisão de Prevenção e Apoio Assistencial (DPAA), comumente conhecida como "ambulatório da Polícia Civil". No ano de 2021, mediante recursos provenientes do Termo de Adesão nº 52/2019, fora implantada a Academia de Ginástica com o objetivo de proporcionar melhor qualidade de vida e saúde aos policiais civis. Ocorre que, não obstante contarmos com modernas instalações e aparelhos dirigidos a prática de musculação e atividades cardiovasculares, não dispomos de profissionais da área de educação física e fisioterapia de forma a prestar correta orientação para prática de atividades físicas. Daí a necessidade de contratação de professores de educação física e fisioterapeutas para apropriada e oportuna prescrição de treinamentos, de maneira a alcançar o objetivo desejado, consubstanciando na melhoria da qualidade de vida e prevenção de doenças provenientes do sedentarismo.
Análise diagnóstica do problema:	Considerando que a Divisão de Prevenção e Apoio Assistencial, do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil, passou a contar com um moderno centro para prática de atividades físicas, torna-se de substancial importância que inicie suas atividades providas não apenas de moderna estrutura física, mas também com quadro de profissionais aptos e capacitados a orientar e ministrar aulas práticas de educação física, conforme conteúdo previamente distribuído, observando a correta aplicação dos exercícios e adequado planejamento de aulas. Igualmente, com fisioterapeutas para atuação em situações que demandam específico cuidado, mediante análise do histórico de condições do policial civil que reclamam habilitação e reabilitação mediante diagnósticos e programas voltados a promoção de saúde e qualidade de vida.
Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital	Consoante Portaria nº 483/2021 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que regulamenta os Eixos de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública e de Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública e Defesa Social no âmbito da Política e do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, financiados com os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, constituem impactos esperados, dentre outros: I - diminuição da demanda dos profissionais de segurança pública por serviços de saúde pública; II - aprimoramento na prestação dos serviços de segurança pública e defesa social; III - integração sistêmica das unidades de saúde das instituições de segurança pública, na mesma base territorial; IV - fortalecimento do Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida), de que trata a alínea "e" do inciso II do art. 8º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018; V - redução do absenteísmo causado por doenças ocupacionais e melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social e, credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade. Ainda, se encontra vigente o Resolução SSP-99 de 25-11-2019, que estabelece a Política Estadual de Segurança Pública, definindo Missão, Visão, Diretrizes, Objetivos Estratégicos, Mapa Estratégico e Ações Estratégicas, meios e instrumentos pelos quais deve ser realizada a atuação dos estados no âmbito da Segurança Pública, com vistas a uma atuação cooperativa e efetiva do Estado de São Paulo ao longo desse período. Dentre as ações planejadas, temos as que tratam de modernização, infraestrutura, e de atendimento à saúde dos Profissionais de Segurança Pública. Uma das finalidades destas ações é a de garantir condições de trabalho adequadas aos servidores das instituições vinculadas a esta Secretaria de Segurança Pública. Por meio de uma estratégia de aperfeiçoar os programas de cuidados biológicos, psíquicos e sociais voltados aos servidores da Segurança Pública e seus familiares e efetivar medidas para melhoria da qualidade de vida dos servidores da Segurança Pública.
Razões para que o problema seja alvo de intervenção:	O constante índice de absenteísmo por motivo de doença, assim como a restrição funcional de uma parcela dos profissionais de segurança pública por razões de saúde, fazem com que exista uma sobrecarga de trabalho para os demais policiais que seguem atuando. É de suma importância que o Estado priorize os trabalhadores em maior vulnerabilidade, em especial aqueles que negligenciam com a própria saúde, rendendo-se ao sedentarismo.
Locais que serão contemplados	Conforme acima assinalado, em um primeiro plano será contemplado diretamente a Capital do Estado de São Paulo, onde está instalada a Divisão de Prevenção e Apoio Assistencial, do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil. Por via indireta, policiais civis de diversos outros Municípios que disponham de meios para frequentar a academia de ginástica que estará a disposição de todos os policiais civis.
Estratégia de implementação:	Considerando que a Academia de Ginástica funcionará das 06 às 22 horas de segunda a sexta-feira e das 07 às 13 horas aos sábados, bem assim, a legislação que regulamenta a atividade de educação física e a carga horária dos profissionais desta área, projeta-se a implantação de três turnos de trabalho, mediante carga horária de 06 horas. Cada turno de trabalho contará com dois professores de educação física e um estagiário. Idealizamos também a contratação de dois fisioterapeutas para atuar de segunda a sexta-feira, em turnos de 06 horas cada, conforme legislação específica que regulamenta a profissão.
Objetivos e impactos esperados:	Promoção do bem-estar do policial civil através do acompanhamento do profissional de educação física, por meio da correta prática de atividades físicas, responsável que será por coordenar, planejar e supervisionar a realização de exercícios físicos com a utilização de aparelhos de musculação e cardiovasculares. Com a assistência do fisioterapeuta, pretende-se aumentar a capacidade respiratória de pessoas com dificuldades em respirar; Tratamento de deformidades na coluna e problemas na postura; auxílio na recuperação de pacientes que foram vítimas de acidentes; orientação a policiais gestantes quanto à postura e oferecimento de exercícios especializados para que sejam evitados problemas circulatórios e dores na coluna e propiciar reabilitação para policiais civis contundidos, dentre outras situações. Em suma, colocar os policiais civis no centro das estratégias de saúde e bem-estar, mediante iniciativas alicerçadas em três pilares: física, emocional e social, ressaltando que a manutenção da saúde é a base para a criação de funcionários mais engajados e mais produtivos, contribuindo para resultados melhores e em maior grau de satisfação no trabalho.
Resultados Esperados:	Por intermédio da contratação de profissionais da área de educação física e fisioterapeutas, colocar os policiais civis no centro das estratégias de saúde e bem-estar, mediante iniciativas alicerçadas em três pilares: física, emocional e social, ressaltando que a manutenção da saúde é a base para a criação de funcionários mais engajados e mais produtivos, contribuindo para resultados melhores e em maior grau de satisfação no trabalho.
Formas de mensuração:	Através de relatório fotográfico, com inserção da Nota Fiscal de Serviço bem como, Relatório demonstrando o cumprimento do objeto. - Relatório demonstrando a contratação dos profissionais de educação física e fisioterapia, com escala de serviço e número de atendimentos efetuados.

EXTRATO DA AÇÃO 2 META GERAL 2: SAÚDE

META GERAL 2 – SAÚDE	
AÇÃO 2: Apoio a saúde dos servidores da segurança pública do Estado de São Paulo, por meio de Contratação de profissionais da área de educação física e fisioterapia para atuar na academia de ginástica da Polícia Civil	
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:	INVESTIMENTO: CUSTEIO: R\$ 1.314.645,00 Valor total da ação: R\$ 1.314.645,00
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA:	Polícia Civil R\$ 1.314.645,00
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	Contratação de professores da área de educação física e de fisioterapeutas, visando: orientar e ministrar aulas práticas de Educação Física, conforme conteúdo previamente distribuído, observando a correta aplicação dos exercícios e adequado planejamento de aulas. Por meio da contratação de fisioterapeutas: atender policiais civis que necessitam frequentar a Academia de Ginástica da Polícia Civil com histórico de condições que reclamam habilitação e reabilitação mediante diagnósticos específicos, através de programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida.
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Redução do sedentarismo e melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social e, credibilidade e confiabilidade das instituições de segurança pública perante a sociedade
FORMAS DE MENSURAÇÃO Art. 13, II, Port. 480/2021	Através de relatório fotográfico, com inserção da Nota Fiscal de Compra, bem como, Relatório demonstrando o cumprimento do objeto. Relatório demonstrando a contratação dos profissionais de educação física e fisioterapia, com escala de serviço e número de atendimentos efetuados.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Elaboração de Termos de Referência;	Encaminhamento ao órgão de Consultoria Jurídica para análise e aprovação do edital e termo de contrato	Análise do órgão jurídico	Publicação do edital de pregão eletrônico	Assinatura do contrato	Início da execução dos serviços
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Execução dos serviços	Execução dos serviços	Execução dos serviços	Execução dos serviços	Execução dos serviços	Execução dos serviços

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Execução dos serviços	Execução dos serviços	Execução dos serviços	Execução dos serviços	Execução dos serviços	Ação concluída
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Ação concluída	Ação concluída	Ação concluída	Ação concluída	Ação concluída	Ação concluída



META GERAL 2: SAÚDE	
AÇÃO 3 (META 2): APOIO À SAÚDE DO POLICIAL MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE SAÚDE PARA O CENTRO MÉDICO	
Contextualização do problema:	<p>A Polícia Militar conta hoje com mais de 82.000 policiais ativos e mais de 72.000 policiais inativos, cujo atendimento médico e hospitalar depende dos centros de saúde, compostos pelos Centros Médico e Centro de Reabilitação da Polícia Militar.</p> <p>Para atendimento de saúde desta população, o Sistema de Saúde da Polícia Militar, criado em 1892, atualmente é composto pela Diretoria de Saúde, que é Órgão de Apoio de Saúde, nos termos do Decreto nº 65.096, de 28 de julho 2020, responsável pelo planejamento, execução, controle e fiscalização, tendo como órgãos subordinados: o Centro Médico, o Centro de Reabilitação e o Centro Odontológico. Possui em sua estrutura 147 (cento e quarenta e sete) Unidades Integradas de Saúde (UIS), localizadas em diversas Unidades do município de São Paulo: Região Metropolitana e Interior do Estado de São Paulo (responsáveis pelo atendimento primário), bem como 02 (duas) Policlínicas, responsáveis pelo atendimento secundário e por fim, o Centro Médico (Hospital da Polícia Militar), para o atendimento terciário. O Centro Médico, o qual está à disposição de em torno de 150.000 (cento e cinquenta mil) policiais militares ativos e inativos de todo o Estado de São Paulo e possui em sua estrutura atendimento ambulatorial e emergencial, com enfermaria e internação com capacidade atual de 138 (cento e trinta e oito) leitos, sendo 25 (vinte e cinco) leitos para Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), além das funções relativas às perícias médicas.</p> <p>Nesse sentido, considerando a importância da manutenção da saúde do policial militar, para retorná-lo em prazo exíguo às atividades de policiamento ostensivo e preventivo, para garantia da ordem pública, torna-se necessário o constante aparelhamento e modernização destes estabelecimentos de saúde.</p>
Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):	Devido à quantidade significativa de policiais ativos e inativos, os recursos empenhados não têm sido suficientes para atender todas as demandas que a respectiva área exige, razão pela qual a captação de recursos complementares provenientes de outras fontes, torna-se uma oportunidade para agregar valor na área de saúde, permitindo a aquisição dos mais diversos materiais hospitalares e odontológicos, para atendimento prioritários aos policiais militares e retorno eficiente às atividades de policiamento ostensivo e preventivo em benefício da coletividade e, portanto em total prestígio à sociedade e ao Interesse Público.
Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital	Esta ação tem como supedâneo, alguns dos objetivos estratégicos estabelecidos no atual Plano de Comando da PMESP 2020-2023, nos seguintes termos: "Objetivo Estratégico nº 2: Aprimorar as ações de proteção à vida, à saúde física e psicológica do policial militar. Descrição: o presente objetivo visa promover ações voltadas à redução da vitimização e à proteção da saúde integral do policial militar, acolhendo-o e zelando por sua integridade, em todos os aspectos. Inclui neste objetivo a adoção de medidas afetas às áreas da medicina do trabalho e saúde ocupacional, bem como o fortalecimento do Sistema de Saúde Mental." O Objetivo Estratégico nº 2, da PMESP está relacionado à Diretriz III, da Política Estadual de Segurança Pública, quer seja: "III. Ampliar o sentimento de orgulho e de comprometimento dos servidores em relação às Instituições da Segurança Pública", bem como, ao Objetivo Estratégico nº 5: "Valorizar os servidores da Segurança Pública". Sobre a iniciativa relacionada ao Objetivo Estratégico nº 2, ressalte-se que é de prioridade alta e envolve a Gestão de Pessoas, Finanças e Logística e prima pela ampliação de parcerias como forma de complementação às ações desenvolvidas na área de saúde militar, para a manutenção da higidez e redução do absenteísmo.
Razões para que o problema seja alvo de intervenção:	Necessidade de aquisição de materiais de saúde, visando o rápido atendimento do Policial Militar, para que ele esteja apto a exercer as suas funções, especialmente em situações emergenciais e de trauma.
Locais que serão contemplados	Serão contempladas as Unidades localizadas no Município de São Paulo.
Estratégia de implementação:	A ação tem por estratégia de aquisição de materiais de saúde, por meio de processo licitatório, entrega imediata e via Sistema de Registro de Preços, determinando assim, um fluxo mais célere entre o recebimento do recurso, a saber, R\$ 1.700.000,00, e sua liquidação, dentro do que se estabelece a legislação. Assim, os itens a serem adquiridos serão escolhidos adequadamente, compondo uma relação de prioridades que serão encaminhadas às Unidades Gestoras Executoras, incumbidas de licitar, receber e distribuir os materiais
Objetivos e impactos esperados:	Os materiais para os centros de saúde da PMESP busca a valorização do profissional, com enfoque nas medidas de tratamento médico, hospitalar, odontológico e manutenção da saúde física do profissional de segurança pública. Melhora na prestação de serviços de segurança pública, pois os tratamentos de saúde dos profissionais de segurança pública, ao se tornarem mais eficientes, permitem uma redução nas taxas de absenteísmo causados por vitimização policial, doenças e acidentes de trabalho. Melhoria da condição de trabalho dos profissionais da área de saúde que, contando com as ferramentas apropriadas e sem muito desgaste, lhe é permitido exercer melhor seu ofício, trazendo, a cada um, o sentimento de valorização pessoal e maior sensação de pertencimento, agregando ainda mais valores intangíveis à Polícia Militar. Aumento da expectativa e qualidade de vida dos policiais, alinhada à diminuição da vitimização e redução do absenteísmo, tendo em vista a agilidade no tratamento.
Resultados Esperados:	Os materiais para os centros de saúde da PMESP busca a valorização do profissional, com enfoque nas medidas de tratamento médico, hospitalar, odontológico e manutenção da saúde física do profissional de segurança pública. Melhora na prestação de serviços de segurança pública, pois os tratamentos de saúde dos profissionais de segurança pública, ao se tornarem mais eficientes, permitem uma redução nas taxas de absenteísmo causados por vitimização policial, doenças e acidentes de trabalho. Melhoria da condição de trabalho dos profissionais da área de saúde que, contando com as ferramentas apropriadas e sem muito desgaste, lhe é permitido exercer melhor seu ofício, trazendo, a cada um, o sentimento de valorização pessoal e maior sensação de pertencimento, agregando ainda mais valores intangíveis à Polícia Militar. Aumento da expectativa e qualidade de vida dos policiais, alinhada à diminuição da vitimização e redução do absenteísmo, tendo em vista a agilidade no tratamento.
Formas de mensuração:	<p>Redução da média mensal de casos de absenteísmos em 1% para o ano de 2023</p> <p>Redução da média mensal de Licenças para Tratamento de Saúde causada por moléstias ortopédicas em 1% para o ano de 2022</p> <p>Elevação da média de atendimentos mensais no Centro Médico + Centro Odontológico em 0,5% para o ano de 2022</p>

EXTRATO DA AÇÃO 1 META GERAL 2: SAÚDE

META GERAL 2 – SAÚDE	
AÇÃO 3: APOIO À SAÚDE DO POLICIAL MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE SAÚDE PARA O CENTRO MÉDICO	
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:	<p>CUSTEIO: R\$1.696.317,11</p> <p>INVESTIMENTO:</p> <p>Valor total da ação: R\$1.696.317,11</p> <p>POLÍCIA MILITAR</p>
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA:	POLÍCIA MILITAR
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	META ESPECÍFICA 1: Aquisição de materiais de saúde diversos para o Centros Médico
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	disponibilização dos equipamentos aos Centros Médico
FORMAS DE MENSURAÇÃO Art. 13, II, Port. 480/2021	Relatório de Mensuração com planilha demonstrativa do quantitativo de equipamentos disponíveis antes e depois da execução da ação, contendo nota fiscal, planilha de distribuição quantitativa e de localização dos bens, registros fotográficos, etc.)

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Elaboração de Termos de Referência;	Cotação de preços;	Elaboração dos editais ;	Publicação dos editais;	Licitação; Publicação;	Licitação; Publicação; Recursos; (Metas Específicas 1 e 2)
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Envio do relatório de acompanhamento (MJSF); Licitação; Publicação; Recursos;	Assinatura de contratos; Publicação da equipe de fiscalização dos contratos		- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento de Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; Elaboração do relatório de gestão (MJSF);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSF);	Ação concluída;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Ação concluída;	Ação concluída;	Ação concluída;	Ação concluída;	Ação concluída;	Ação concluída;



META GERAL 2: SAÚDE	
AÇÃO 4 (META 2): APOIO À SAÚDE DO POLICIAL MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA OS CENTROS MÉDICO E ODONTOLÓGICO	
Contextualização do problema:	A Polícia Militar conta hoje com mais de 82.000 policiais ativos e mais de 72.000 policiais inativos, cujo atendimento médico e odontológico depende dos centros de saúde e de capacitação física da Polícia Militar, compostos pelos Centro Médico e Centro Odontológico.
Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):	Nesse sentido, tem sido constante a preocupação com a saúde do policial militar. Dentre outras ações necessárias à saúde, há a necessidade de aparelhar e modernizar nossos estabelecimentos.
Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital	Devido a quantidade de policiais ativos e inativos, os recursos empenhados não têm sido suficientes para atender todas as demandas que a área exige, razão pela qual a captação de recursos complementares provenientes de outras fontes, é sempre uma oportunidade de agregar valor na área de saúde, o que permite a aquisição dos mais diversos equipamentos voltados ao atendimento médico, odontológico e de reabilitação e preparo físico do ser humano. Nessa seara, vale informar que na Proposta de Lei Orçamentária Anula (PLOA) de 2023, não foi previsto recursos de investimento para a área da saúde na Polícia Militar, sendo de extrema importância a captação de outras fontes de recursos para essa área.
Razões para que o problema seja alvo de intervenção:	Necessidade de aparelhos novos e modernos, visando o rápido atendimento do Policial Militar, para que ele esteja apto a exercer as suas funções.
Locais que serão contemplados	Será contemplado Unidades localizadas no Município de São Paulo
Estratégia de implementação:	O aparelhamento e modernização dos Centro Médico, Centro Odontológico e Centro de Reabilitação da Polícia Militar, tem por estratégia a escolha dos equipamentos que estejam com seu processo licitatório mais avançado, determinando assim, um fluxo mais célere entre o recebimento do recurso, a saber, de R\$ 1.696.317,12, e sua liquidação, dentro do que estabelece a legislação. Assim, os itens a serem adquiridos serão escolhidos adequadamente, compondo uma relação de prioridades que será encaminhada às Unidade Gestoras Executoras, incumbidas de licitar, receber e distribuir os equipamentos.
Objetivos e impactos esperados:	O aparelhamento e modernização dos centros de saúde da PMESP busca a valorização do profissional, com enfoque nas medidas de tratamento médico, hospitalar, odontológico e manutenção da saúde física do profissional de segurança pública. Melhora na prestação de serviços de segurança pública, pois os tratamentos de saúde dos profissionais de segurança pública, ao se tornarem mais eficientes, permitem uma redução nas taxas de absenteísmo causados por vitimização policial, doenças e acidentes de trabalho. Melhoria da condição de trabalho dos profissionais da área de saúde que, contando com as ferramentas apropriadas e sem muito desgaste, lhe é permitido exercer melhor seu ofício, trazendo, a cada um, o sentimento de valorização pessoal e maior sensação de pertencimento, agregando ainda mais valores intangíveis à Polícia Militar. Aumento da expectativa e qualidade de vida dos policiais, alinhada à diminuição da vitimização e redução do absenteísmo, tendo em vista a agilidade no tratamento.
Resultados Esperados:	Aumento da capacidade de atendimento médico-hospitalar, odontológico e de manutenção da saúde física pela Polícia Militar. Diminuição do tempo de espera dos atendimentos que necessitem de equipamentos específicos nas áreas tratadas pela ação. Proporcionar aos centros de saúde da Polícia Militar a capacidade de atendimento especializados. Em razão da disponibilidade de uma quantidade maior e melhor de equipamentos os seguintes impactos serão observados: Melhora na prestação de serviços de segurança pública, pois os tratamentos de saúde dos profissionais de segurança pública, ao se tornarem mais eficientes, permitem uma redução nas taxas de absenteísmo causados por vitimização policial, doenças e acidentes de trabalho. Melhoria da condição de trabalho dos profissionais da área de saúde que, contando com as ferramentas apropriadas e sem muito desgaste, lhe é permitido exercer melhor seu ofício, trazendo, a cada um, o sentimento de valorização pessoal e maior sensação de pertencimento, agregando ainda mais valores intangíveis à Polícia Militar. Aumento da expectativa e qualidade de vida dos policiais, alinhada à diminuição da vitimização e redução do absenteísmo, tendo em vista a agilidade no tratamento.
Formas de mensuração:	Redução da média mensal de casos de absenteísmos em 1% para o ano de 2023 Elevação da média de atendimentos mensais no Centro Médico + Centro Odontológico em 0,5% para o ano de 2023 Relatório patrimonial e fotográfico com registro dos equipamentos e dos centros estruturados/ quantidade de atendimentos

EXTRATO DA AÇÃO 1 META GERAL 2: SAÚDE

META GERAL 2 – SAÚDE	
AÇÃO 4: APOIO À SAÚDE DO POLICIAL MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA OS CENTROS MÉDICO E ODONTOLÓGICO	
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:	INVESTIMENTO: R\$ 1.696.317,12 CUSTEIO: 0 Valor total da ação: R\$ 1.696.317,12
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA:	Polícia Militar
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	METAESPECÍFICA1: Aquisição de equipamentos diversos para os Centros Médico e Odontológico.
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	Melhora da qualidade de vida dos policiais civis com deficiência decorrente de ações no exercício da função ou em razão do cargo
FORMAS DE MENSURAÇÃO Art. 13, II, Port. 480/2021	Relatório de Mensuração com planilha demonstrativa do quantitativo de equipamentos disponíveis antes e depois da execução da ação, contendo nota fiscal, planilha de distribuição quantitativa e de localização dos bens, registros fotográficos, etc.)

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Elaboração de Termos de Referência;	Cotação de preços;	Elaboração dos editais;	Publicação dos editais;	Licitação; Publicação;	Licitação; Publicação; Recursos; (Metas Específicas 1 e 2)
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Envio do relatório de acompanhamento (MJSF); Licitação; Publicação; Recursos;	Assinatura de contratos; Publicação da equipe de fiscalização dos contratos		- Recebimento provisório;	- Designação da comissão de recebimento;	- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento de Bens;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
- Recebimento definitivo; - Patrimoniamento dos Bens; Elaboração do relatório de gestão (MJSF);	- Liquidação das NF-e; Pagamento do fornecedor;	- Prestação de contas;	- Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	- Envio do relatório final de execução/gestão (MJSF);	Ação concluída;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Ação concluída;	Ação concluída;	Ação concluída;	Ação concluída;	Ação concluída;	Ação concluída;



META GERAL 3: SEGURANÇA DO TRABALHO
DESENVOLVIMENTO TEÓRICO DAS AÇÕES

META GERAL 3: SEGURANÇA DO TRABALHO	
AÇÃO 1 (META 3): Incentivo à segurança do trabalho e saúde por meio da contratação de empresa especializada na prestação de serviços em medicina do trabalho e engenharia de segurança do trabalho	
Contextualização do problema:	A Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo (SPTC) é composta por cerca de 4000 servidores de carreira e coordena os Institutos de Criminalística (IC) e Médico-legal (IML) em todo o estado de São Paulo. Portanto, possui diversificado quadro de carreiras em sua composição e que envolvem, além de Peritos Criminais, Médicos Legistas, Desenhistas Técnico-Periciais, Fotógrafos Técnico-Periciais, Atendentes de Necrotério, Auxiliares de Necropsia, Oficiais Administrativos, Técnicos de Laboratório, Auxiliares de Laboratório e Técnicos de Radiologia, também, Executivos Públicos, Auxiliares de Papiloscopia, Auxiliares de Serviços, Carcereiros, Escrivães, Investigadores, Papiloscopistas, Agentes de Telecomunicações, Agentes Policiais e Auxiliares de Enfermagem. Cada categoria profissional e carreira que nos compõe apresenta suas particularidades condicionadas pelas variantes e riscos que envolvem suas atividades, apresentando diferenças de vulnerabilidades, fato que culmina situações de estresse e desatenção quanto à saúde física e psicológica de seus servidores e, portanto, exige a condução de ações de atenção direcionadas a essa necessidade. Diversos estudos científicos comprovam que a profissão policial é uma das que mais causa estresse e consequentemente interfere na essência biopsíquica do indivíduo, inclusive com repercussão na saúde física dos policiais. Para o policial técnico-científico em particular, examinar criteriosamente a cena de um crime ou o corpo de uma vítima fatal, que não raras vezes já se encontra em avançado estado de decomposição, na busca por identificação humana, caracterização dos fatos, agravantes penais, causas e autoria, também nos expõe, como dito, a enormes riscos ocupacionais que não são compensados com o simples, porém merecido, grau de insalubridade que percebemos em nossos rendimentos mas que não são percebidos na elaboração dos nossos medos, receios e conflitos. No ambiente de trabalho em que atuamos, os processos de desgaste físico e mental são determinados em grande parte pelo tipo de trabalho realizado e pela forma como esse está organizado (DELCOR et al., 2004). A SPTC dispõe de um diversificado quadro de carreiras em sua composição e que envolvem, além de Peritos Criminais, Médicos Legistas, Desenhistas Técnico-Periciais, Fotógrafos Técnico-Periciais, Atendentes de Necrotério, Auxiliares de Necropsia, Oficiais Administrativos, Técnicos de Laboratório, Auxiliares de Laboratório e Técnicos de Radiologia, também, Executivos Públicos, Auxiliares de Papiloscopia, Auxiliares de Serviços, Carcereiros, Escrivães, Investigadores, Papiloscopistas, Agentes de Telecomunicações, Agentes Policiais, Auxiliares de Enfermagem, e Funcionários Terceirizados. Assim, cada categoria profissional e carreira que nos compõe apresenta suas particularidades condicionadas pelas variantes e riscos que envolvem suas atividades, apresentando diferenças de vulnerabilidades, o que exige a condução de ações de atenção direcionadas. Deste modo, exposição, sabedora das situações de risco no exercício das atividades de cada um dos nossos servidores, a Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo (SPTC) tem nesse projeto, suportado pelo incentivo financeiro das ações do Eixo de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública, o objetivo de promover ações de valorização e melhoria da qualidade de vida dos seus servidores por intermédio de programas voltados à segurança e saúde do trabalho. Ainda, outras circunstâncias que afetam diretamente o nosso efetivo envolvem as más condições das instalações, sobrecarga de trabalho e a vitimização, fato que compromete sua qualidade de vida e, em última instância, sua produtividade. Assim, a relevância deste estudo para o campo da valorização do profissional da segurança pública está na compreensão das relações entre trabalho e a saúde, contribuindo assim, para a promoção e proteção da saúde e para a transformação dos processos e dos ambientes de trabalho, tornando-os mais humanizados, mais seguros e, assim, menos agressivos a sua saúde. Atenta a essa necessidade, a SPTC visa estimular e oferecer meios necessários à criação de mecanismo que motive o interesse dos policiais técnico-científicos a participarem, em ação conjunta com a SPTC e profissionais da saúde e da área de segurança do trabalho, de debates sobre assuntos não apenas relacionados à saúde e bem estar individual, mas, também, as ações preventivas de caráter coletivo a serem propostas por comissões internas, permanentes e conjuntas, com o objetivo de observar e analisar as condições de riscos de acidente e doenças decorrentes relacionadas a atuação como policial técnico-científico nos diversos ambientes em que atuam com a visão de prevenir e promover ações de melhoria na qualidade de saúde e segurança do servidor. O presente Plano de Aplicação busca, em estrita observância ao eixo de financiamento, fomentar a aplicação dos recursos por meio da aquisição de equipamentos de musculação, visando a disponibilização de uma academia de ginástica, conforme exposto por meio da Portaria MJSP nº 483/2021, apresentado no art. 11, que regulamenta o incentivo financeiro das Ações Financeáveis do Eixo de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública.
Análise diagnóstica do problema (Dados quantitativos relacionados ao problema):	Procedemos a análise diagnóstica e a proposição do atual Plano de Aplicação para o enfrentamento da situação mencionada, podendo ser caracterizada como a CARÊNCIA DE AÇÕES VOLTADAS À PREVENÇÃO, REDUÇÃO E ELIMINAÇÃO DOS RISCOS E AGRAVOS À SAÚDE DOS POLICIAIS TÉCNICO-CIENTÍFICOS que decorrem das atribuições, tarefas e atividades por eles desempenhadas. Atualmente, a SPTC não dispõe de serviço especializado para promoção da saúde e segurança do trabalho que vise garantir a integridade física dos seus servidores no ambiente ocupacional. Assim, visando mitigar a carência apontada é necessária a implantação de ação que vise a análise de riscos físicos, químicos, biológicos e psicossociais a que os servidores da SPTC estão submetidos, bem como a investigação, análise e notificação de acidentes do trabalho, o estudo e análise ergonômica do trabalho, utilizados como fundamento para aquisições relacionadas ao meio ambiente de trabalho; estudo sobre equipamentos de proteção individual e coletiva; adoção de políticas de controle de saúde ocupacional; e melhoria da saúde ocupacional dos profissionais de segurança pública no desempenho das atividades profissionais.
Alinhamento com o planejamento de segurança pública estadual/distrital	A Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo (SPTC), executa as suas atividades em perfeito alinhamento os interesses e parâmetros definidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, e que, entre outras, visa a prevenção, o combate e o enfrentamento da criminalidade em todo o Estado de São Paulo e, dentro de suas atribuições, é garantidora da preservação e manutenção da idoneidade das provas materiais por ela arrecadadas (manutenção da cadeia de custódia de provas), dentro das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), instituída pela Lei 13.675/18. Além de favorecer a promoção da valorização dos profissionais da Superintendência da Polícia Técnico-Científica, alinhando-se, assim, a Portaria Ministerial que institui o presente programa, a ação proposta nesse Plano de Aplicação também está alinhada à visão da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo frente a necessidade de constante busca por mecanismos de controle, acompanhamento e prevenção de acidentes, estresses, letalidades e vitimizações dos seus servidores.
Razões para que o problema seja alvo de intervenção:	Seja qual for a carreira policial e a atividade ocupacional, acidentes de trabalho, infelizmente, não são uma exclusividade de determinada área. Tais riscos afetam tanto a saúde dos policiais técnico-científicos quanto a saúde organizacional e financeira dos órgãos policiais e, para tanto, torna-se imprescindível a constante oferta de ferramentas que objetivem elevar a segurança do trabalho, como a apresentada nessa ação específica. Considerando a importância de garantir condições saudáveis de trabalho aos servidores das unidades da Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC) e a importância da avaliação, do controle e da adequação do meio-ambiente de trabalho, a SPTC entende que ao debater sobre tais condições e apontar medidas para soluções, em ação conjunta com seus servidores e profissionais da saúde e da segurança do trabalho, não apenas auxilia no processo de minimização de acidentes ocorridos no desenvolvimento do trabalho policial técnico-científico, como também oferece condições para a apreciação de medidas que previnam acidentes, guiando os servidores policiais quanto à prevenção e aumentando os mecanismos de percepção do policial quanto ao cuidado com a saúde e segurança no trabalho policial que desenvolve. Dessa atuação conjunta, é possível ouvir com melhor exatidão a descrição das atividades e as dificuldades encontradas do ponto de vista de quem exerce suas funções no atendimento direto às ocorrências policiais e, também, a rotina e adversidades de quem administra a Instituição para que se busque as soluções mais bem indicadas a essa questão.
Locais que serão contemplados	Tendo em vista que a Capital do estado comporta o maior número dos nossos servidores, a implantação do serviço pretendido terá como referência a sede administrativa da Superintendência da Polícia Técnico-Científica, localizada na capital do estado, local de fácil acesso e conhecimento para os servidores. No entanto, os trabalhos serão implantados no âmbito da SPTC e de suas unidades subordinadas.
Estratégia de implementação:	Buscamos, com essa ação, identificar os riscos relacionados ao processo de trabalho que desenvolvemos; elaborar mapa de riscos, com a participação do maior número de servidores possível, elaborar plano de trabalho que possibilite a ação preventiva na solução de problemas de segurança e saúde no trabalho; participar da implementação e do controle da qualidade das medidas de prevenção necessárias, bem como da avaliação das prioridades de ação nos locais de trabalho dos nossos servidores e verificações nos ambientes e condições de trabalho visando identificar eventuais situações que venham a trazer riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores. Para tanto, a ação prevê a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MEDICINA DO TRABALHO E ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO, para prestação de serviços de gestão técnica operacional a compor um grupo de trabalho que irá orientar, supervisionar e dar os subsídios necessários à implantação de Comissões de Saúde do Trabalhador (COMSAT's) na SPTC. Assim, a ação pretende implantar no âmbito da SPTC e de suas unidades subordinadas, um grupo de assistência ao trabalhador, por meio da contratação dos Serviços Especializado em Medicina e Segurança Ocupacional (SEMESO), acima mencionado, composto por engenheiro de segurança do trabalho, médico do trabalho, técnico em segurança do trabalho e enfermeiro em segurança do trabalho, para implantar, orientar, organizar e dar suporte às COMSAT's. Destaca-se que a COMSAT é formada por funcionários voluntários da SPTC, que, tendo como base a Norma Regulamentadora nº5 (NR-5), porém de modo adaptado às necessidades e configurações das unidades da Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC), terão como objetivo a atenção às questões de segurança e de saúde de seus servidores, em todo estado de São Paulo.
Objetivos e impactos esperados:	A partir da proposta apresentada pelo presente plano de aplicação, a Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo (SPTC), tem por OBJETIVO: I- Estimular a criação de mecanismos de proteção dos agentes públicos que compõem o sistema nacional de segurança pública e de seus familiares; II- Estimular e incentivar a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança do trabalho dos servidores que compõem o sistema nacional de segurança pública. Com a ação proposta, a Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo (SPTC) espera o seguinte IMPACTO: I- Diminuição de gasto público em saúde com os profissionais de segurança pública, visto que fatores que degradam a saúde deste tipo de servidor serão identificados e poderão ser tratados, e ainda, durante a atividade contará com subsídios para atendimentos de urgências de saúde, que poderá impedir a evolução para um quadro de saúde mais grave; II- Melhoria da qualidade de vida por meio da redução de fatores de estresse e riscos ocupacionais identificados, além da redução no tempo para reinserção dos profissionais afastados. III- Redução da vitimização dos profissionais de segurança pública e do absenteísmo causado por doenças ocupacionais.
Resultados Esperados:	A partir da proposta apresentada pelo presente plano de aplicação, a Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo (SPTC) busca atingir o seguinte RESULTADO: I- Aumento da expectativa de vida dos policiais técnico-científicos, bem como de sua autoestima e sentimento de pertencimento à Instituição da qualificação profissional para o desempenho de suas atividades e da qualidade de vida e da sua percepção de qualidade de vida. II- Melhoria da saúde ocupacional dos profissionais de segurança pública no desempenho das atividades profissionais a partir da adoção de políticas de controle de saúde ocupacional
Formas de mensuração:	Relatórios demonstrativos e fotográficos. RELATÓRIO SUBSTANCIADO COM PLANILHA DEMONSTRATIVA DO QUANTITATIVO DE UNIDADES PERICIAIS ABRANGIDAS PELA AÇÃO.



EXTRATO DA AÇÃO 1 (META GERAL 3):

META GERAL 3: SEGURANÇA DO TRABALHO	
AÇÃO 1 (META GERAL 3): Incentivo à segurança do trabalho e saúde por meio da contratação de empresa especializada na prestação de serviços em medicina do trabalho e engenharia de segurança do trabalho	
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:	INVESTIMENTO: 0 CUSTEIO: R\$ 513.741,75 Valor total da ação: R\$ 513.741,75 Perícia Oficial R\$ 513.741,75
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA:	
METAS ESPECÍFICAS Art. 5º, Port. 483/2021	META ESPECÍFICA 1: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em medicina do trabalho e engenharia de segurança do trabalho
RESULTADOS ESPERADOS Art. 6º, Port. 483/2021	I-Aumento da expectativa de vida dos policiais técnico-científicos, bem como de sua autoestima e sentimento de pertencimento à Instituição da qualificação profissional para o desempenho de suas atividades e da qualidade de vida e da sua percepção de qualidade de vida. II-Melhoria da saúde ocupacional dos profissionais de segurança pública no desempenho das atividades profissionais a partir da adoção de políticas de controle de saúde ocupacional
FORMAS DE MENSURAÇÃO Art. 13, II, Port. 480/2021	Relatório substanciado com planilha demonstrativa do quantitativo de unidades periciais abrangidas pela ação.

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2023					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Elaboração de Termo de Referência;	Cotação de preços;	Elaboração dos editais de licitação;	Publicação dos editais;	Início dos certame licitatório;	Certame licitatório;
2º SEMESTRE DE 2023					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Conclusão do certame licitatório	Assinatura de contratos;	Designação da Equipe de Gestão de Contratos;	Envio relatório de acompanhamento	Contato com fornecedor	Recebimento provisório dos serviços;

CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA - PREVISÃO DE EXECUÇÃO 2023					
1º SEMESTRE DE 2024					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Designação da comissão de recebimento;	Recebimento Definitivo dos serviços;	Elaboração do relatório de gestão	Liquidação das NF-e;	Pagamento do fornecedor;	Prestação de contas;
2º SEMESTRE DE 2024					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Elaboração do relatório final de execução (Gestão);	Envio do relatório final de execução/gestão	Ação concluída;	Ação concluída;	Ação concluída;	Ação concluída;

META GERAL 4: VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Não há ações nessa meta geral.

CONFORME A POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - PNSPDS - ART. 4º PORTARIA 483/2021

Os entes beneficiados deverão informar dentre os objetivos elencados pelo art. 6º da Lei 13675/2018 da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS, aqueles alinhados aos projetos, atividades e ações apresentados no plano de aplicação de cada um dos eixos.

Objetivos: Exemplo adequado a ação modelo proposta

- XXI - estimular a criação de mecanismos de proteção dos agentes públicos que compõem o sistema nacional de segurança pública e de seus familiares;
- XXII - estimular e incentivar a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos servidores que compõem o sistema nacional de segurança pública.

OBJETIVOS POLÍCIA MILITAR:	III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública; XXII - estimular e incentivar a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos servidores que compõem o sistema nacional de segurança pública;
OBJETIVOS POLÍCIA CIVIL:	Estimular e incentivar a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos servidores que compõem o sistema nacional de segurança pública.
OBJETIVOS CORPO DE BOMBEIROS MILITAR:	Estimular e incentivar a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos servidores que compõem o sistema nacional de segurança pública;
OBJETIVOS PERÍCIA OFICIAL:	I-Estimular a criação de mecanismos de proteção dos agentes públicos que compõem o sistema nacional de segurança pública e de seus familiares; II-Estimular e incentivar a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos servidores que compõem o sistema nacional de segurança pública

IMPACTOS ESPERADOS: ART. 7º PORTARIA 483/2021

Os impactos esperados são mudanças de longo prazo promovidas sobre o aspecto ou as perspectivas futuras sobre seus beneficiários, devendo ser informados pelo ente, de acordo com os projetos, atividades e ações planejadas, alinhadas com a PNSPDS e o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, a **EXEMPLO** de:

- I - diminuição da demanda por serviços de saúde pública pelos profissionais de segurança; II - aprimoramento na prestação de serviço de segurança pública;
- III - Integração sistêmica das unidades de saúde das instituições de segurança pública; e
- IV - fortalecimento do Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública.
- V - redução:
- a) dos impactos econômicos originados pela criminalidade violenta;
- b) do índice da criminalidade violenta e da letalidade;
- c) dos índices de letalidade e violência doméstica contra a mulher;
- d) do gasto público em saúde, decorrente da violência;
- e) dos riscos à vida, à saúde e à liberdade individual das pessoas; e da impunidade.
- VI - melhoria:
- a) na qualidade de vida das pessoas com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio;
- b) da credibilidade e confiabilidade das instituições de Segurança Pública; e
- c) da prestação de serviço de segurança pública;
- d) aumento da percepção subjetiva de segurança.

IMPACTOS ESPERADOS POLÍCIA MILITAR:	I - diminuição da demanda dos profissionais de segurança pública por serviços de saúde pública; VI - melhoria da:
--	--



SSPDCI202202314A



	b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social;
IMPACTOS ESPERADOS POLÍCIA CIVIL:	São impactos esperado dentro do artigo 7º da Portaria 483/2021 I - Diminuição da demanda por serviços de saúde pública pelos profissionais de segurança; VI – melhoria da: b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social;
IMPACTOS ESPERADOS CORPO DE BOMBEIROS MILITAR:	IV - fortalecimento do Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida), de que trata a alínea "e" do inciso II do art. 8º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 ; V - redução: g) do absenteísmo causado por doenças ocupacionais; VI - melhoria da: b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social;
IMPACTOS ESPERADOS PERÍCIA OFICIAL:	I-Diminuição da demanda por serviços de saúde pública pelos profissionais de segurança; II-Fortalecimento do Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública. III-Redução: a) da vitimização dos profissionais de segurança pública b) do absenteísmo causado por doenças ocupacionais; IV-Melhoria: a) na qualidade de vida das pessoas com a diminuição dos riscos à sua integridade e ao seu patrimônio; b) qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, notadamente na saúde física, mental e espiritual, bem como na perspectiva do bem-estar social

